



Relatório de Monitoramento dos Indicadores de Sustentabilidade: Agricultura Familiar e Produção de Palma.

Programa Dendê Ano V

Projeto Indicadores Socioambientais

**Responsabilidade Socioambiental
Corporativa**

Rua Ó de Almeida, 1083 | CEP: 66053-190 | Belém, Pará, Brasil
F +55 91 3222 6000 | peabiru@peabiru.org.br | www.peabiru.org.br

Belém, 2016.

Travessa Ó de Almeida 1083
66053-360 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br



Créditos

Período do trabalho

Fevereiro de 2009 a Maio de 2014

Diretor Geral

João Meirelles Filho

Supervisão Metodológica

Maria Jose Barney

Equipe de trabalho

Thiara Fernandes – Gerente de Projeto

Karlla Tavares – estagiária efetiva

Apoio

Hermógenes Sá – Coordenador Geral, então Coordenador de Administração (no período)

Francinaldo da Costa Junior – Contador, então Gerente Financeiro (no período)

Colaboradores

Paula Vanessa

Alice Rossi Barbosa

Thaíssa Oliveira

Colaboradores durante o período de desenvolvimento das ações

Rogério Favacho - Coordenador do projeto de 2009 a 2010

Ana Carolina Vieira – Coordenadora do projeto de 2010 a 2013

Vanessa Malheiro – Assistente do Projeto em 2011

Rosemiro Rodrigues – Assistentes do Projeto em 2012

Andrielle Leal – estagiária

Revisor

Paulo Vieira

Contato:

jmeirelles@peabiru.org.br

thiara@peabiru.org.br

Publicação – 11 de julho de 2016.

Travessa Ó de Almeida 1083
66053-360 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br



Autoria:

Thiara Fernandes

Colaboração:

Karlla Tavares

Paula Vanessa Silva

Taissa Oliveira

Alice Rossi Barbosa

Revisão:

João Meirelles Filho

Paulo Vieira

ÍNDICE

1. A AGROPALMA E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	5
2. INSTITUTO PEABIRU E A PARCERIA ENTRE EMPRESA AGROPALMA E AGRICULTORES FAMILIARES.....	7
3. O PROJETO INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE.....	8
3.1. DIAGNOSTICO RURAL PARTICIPATIVO	8
3.2. CRIAÇÃO DOS INDICADORES.....	8
3.3. PESQUISADORES SOCIOAMBIENTAIS	9
3.4. FORMAÇÃO DOS PSA - APLICAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO:	10
4. O RESULTADO DO MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE.....	13
A. INDICADORES AMBIENTAIS.....	13
A.1. Indicador 1 - Destino de Embalagens de Adubos e Defensivos Químicos.....	13
A.2. Indicador 2 – Armazenamento do adubos e defensivos químicos, utilizados no plantio de dendê. ...	16
A.3. Indicador 3 – Qualidade da Água	18
A.4. Indicador 4 – Tratamento da Água.....	20
A.5. Indicador 5 – Atividade de extrativismo animal.....	21
A.6. Indicador 6 – Presença de animais silvestres	24
A.7. Indicador 7 – Plantio de árvores.....	27
B. INDICADORES SOCIAIS.....	28
B.1. Indicador 8 – Educação.....	28
B.2. Indicador 9 – Infraestrutura para educação	30
B.3. Indicador 10 – Composição Familiar e Educação Formal	32
B.4. Indicador 11 – Continuidade nos estudos	32
B.5. Indicador 12 – Migração para dar continuidade aos estudos	33
B.6. Indicador 13 – Segurança Pública.....	34
B.7. Indicador 14 – Consumo de álcool e drogas ilícitas na comunidade	35
b.8. Indicador 15 – Segurança pública.....	36
b.9. Indicador 16 – Infraestrutura	37
b.10. Indicador 17 – Saúde	41
b.11. Indicador 18 – Frequência de profissionais de Saúde na comunidade	43
b. 12. Indicador 19 – Segurança do Trabalho	45
b.13. Indicador 20 – Organização local.....	48
C. INDICADORES ECONÔMICOS.....	51
c.1. Indicador 21 – Renda Familiar	51
c.2. Indicador 22 – Gênero e gestão de recurso financeiro	52
c.3. Indicador 23 – Médias dos gastos familiares	53
c.4. Indicador 24 – Gênero – Créditos e crediários.....	55

Travessa Ó de Almeida 1083
66053-360 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br



c.5. Indicador 25 – Contrato de mão de obra.....	57
c.6. Indicador 27 – Situação Fundiária.....	62
c.7. Indicador 28 – Relação entre comunidade e empresa	64
c.8. Indicador 29 – Dificuldade de comunicação entre Agropalma, Associação e Agricultores Familiares	65
c.9. Indicador 30 Sobre os materiais repassados.....	66
 5. CONCLUSÃO.....	 68

**Monitoramento Participativo dos Indicadores de Sustentabilidade:
Medição do Impacto da parceria de Agricultores Familiares e a Agropalma para a
produção de palma no Nordeste Paraense.**

1. A AGROPALMA E A AGRICULTURA FAMILIAR

A parceria entre empresa e comunidades para produção de dendê iniciou-se, efetivamente, no final de 2001, quando o Grupo Agropalma, a Prefeitura de Mojú, o ITERPA – Instituto de Terras do estado do Pará, a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, a SAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado do Pará, o Banco da Amazônia S/A, a partir de contratos com agricultores, implantaram o projeto *Dendê Comunitário*.

O projeto constou de três etapas. Conforme o Banco da Amazônia (2012), a primeira etapa iniciou-se em 2002, na comunidade do Arauaí (projeto I), com o plantio de 500 hectares de dendê, distribuídos em lotes de 10 hectares por família, perfazendo o total de 50 famílias. A segunda etapa, em 2004, envolveu os moradores da comunidade Soledade (projeto II), com implantação de dendê na comunidade São Vicente e Arauaí, também localizada no alto Mojú, com 500 hectares destinados para 50 famílias. Por fim, se deu a terceira etapa, em 2005, novamente na Comunidade do Arauaí, denominado Arauaí III, com o plantio de 500 hectares, distribuído em lotes de 10 hectares destinados para 50 famílias.

Totalizando 1.500 hectares e abrangendo 150 famílias, o projeto foi estendido, em 2006, para o PA - Projeto de Assentamento, Calmaria II, do INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária, localizado nas proximidades do km 65, da PA-150, com uma área de 210 hectares destinados para 35 famílias, cada uma com 6 hectares (quatro hectares a menos que no assentamento estadual).

Quanto ao itinerário para a cultura do dendê, as colheitas ocorrem a partir do terceiro ano de plantio e os tratos culturais na fase inicial são intensivos como, por exemplo, o coroamento, que consiste em eliminar as plantas que circundam a palma, evitando a competição direta com a vegetação; o rebaixamento da cobertura viva é feito sempre que preciso e com o objetivo de permitir o fácil acesso às plantas; adubação, as dosagens e as formas de adubação variam segundo as condições particulares de cada região e o controle sanitário, relacionados às prevenções e os combates de pragas e outras doenças que acometem a cultura do dendê (MÜLLER, 1980).

No programa de agricultura familiar da empresa o camponês tradicional foi financiado pelo Banco da Amazônia, na ordem de R\$ 22 mil para cada família, com uma carência de seis anos para o início da quitação do empréstimo. O Grupo Agropalma, além de prestar assistência técnica, financiar insumos agrícolas e de oferecer treinamentos aos agricultores familiares firmou, com estes, contrato de 25 anos responsabilizando-se pela compra de toda a produção dos agricultores.

Os agricultores precisam seguir as normas estabelecidas pela empresa. Aqueles que têm bom desempenho nos tratos culturais, isto é, boa gestão dos plantios, recebem um acréscimo de 8% sobre o valor pago pela tonelada de cacho de palma. Segundo Alves (2011), agricultores que atrasam na colheita por 60 dias, ou atrasam por mais de 12 meses nas atividades de poda e roçagem, ou na adubação por mais de 30 dias, poderão ter o contrato com a empresa cancelado.

De maneira geral, nos lugares onde a dendeicultura se instala, o Instituto Peabiru percebe a tendência à forte mudança nas práticas agrícolas que afetam e modificam os projetos dos agricultores familiares¹. Isso porque eles passam, paulatinamente, a atender principalmente o contrato firmado deixando de lado, por vezes, outros interesses produtivos do grupo familiar. Assumindo, assim, algumas vezes o trabalho assalariado nas empresas ou, de outra feita, centrando todos os esforços da família exclusivamente na produção do dendê.

¹ Entre agricultores ou camponeses, ocupar a terra e utilizá-la em função do sustento da família é uma questão central; condição que agrega grupos sobre os quais se discutem e se estabelecem diversas denominações categóricas. Neste relatório usaremos o termo “agricultores familiares” para designar aquelas famílias de trabalhadores rurais que vivem em comunidade, ocupam lotes de terra relativamente proporcionais entre as famílias, e garantem produção agrícola para abastecer as cidades, e para si, dentro das capacidades produtivas possíveis, através de um mercado do qual dependem para vender essa produção.

2. INSTITUTO PEABIRU E A PARCERIA ENTRE EMPRESA AGROPALMA E AGRICULTORES FAMILIARES.

Em 2008 o Instituto Peabiru foi convidado pela Agropalma a realizar um diagnóstico geral sobre a empresa e seu entorno – *Diagnóstico e Elaboração dos Projetos Socioambientais para Agropalma* – visando contribuir para a implementação de um Programa de Responsabilidade Socioambiental. Este primeiro trabalho também teve como objetivo apresentar propostas de atuação que dessem suporte ao conjunto de políticas e programas de responsabilidade socioambiental para Agropalma.

A partir desse trabalho preliminar, realizado pelo Instituto Peabiru e financiado pela empresa Agropalma, em 2009 iniciou-se o *Programa Dendê* que constava inicialmente de 5 projetos de desenvolvimento socioambiental, dentre os quais o *Projeto Indicadores de Sustentabilidade*.

O *Projeto Indicadores de Sustentabilidade* tem como objetivo monitorar o impacto da relação comercial no modo de vida dos agricultores familiares, abrangendo o universo das 150 famílias² envolvidas no Programa de Agricultura Familiar da Agropalma, visando à busca de melhoria de qualidade de vida e bem-estar social.

O processo metodológico utilizado no *Projeto Indicadores de Sustentabilidade* pode ser descrito em quatro etapas. A primeira, consiste na pesquisa socioeconômica que originou o *Diagnóstico Rural Participativo (DRP)*; a segunda etapa, consta da socialização dos resultados do DRP e elaboração dos *indicadores de sustentabilidade*; a terceira etapa, abrange a formação em *Pesquisa Socioambiental*; a quarta etapa, relaciona-se à formação de jovens e mulheres para a aplicação e análise dos indicadores de sustentabilidade e, a partir da reflexão dos resultados sobre a realidade local, à elaboração de estratégias e promoção de ações de desenvolvimento.

² As 150 famílias envolvidas no Programa de Agricultura Familiar da Agropalma (implantado entre os anos de 2002 a 2005) residem no município de Mojú, Pará, nas comunidades Arauaí, Apeí, Curuperé, São Vicente, Soledade e São José.

3. O PROJETO INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

3.1. DIAGNOSTICO RURAL PARTICIPATIVO

A primeira etapa metodológica do *Projeto*, ocorrida em 2009, consistiu da realização de uma pesquisa socioeconômica – o *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de 150 famílias envolvidas no Programa de Agricultura Familiar em Parceria com a Agropalma* – com o objetivo de conhecer o modo de vida dessas famílias.

O diagnóstico utilizou as ferramentas de pesquisa: a) Entrevistas semiestruturadas – entrevistas com 34% dos agricultores familiares; b) Observação Participante – para se compreender a dinâmica social vivenciada; c) Reuniões participativas – para a coleta de informações, envolvendo lideranças locais, mulheres, homens e jovens agricultores. Nestas reuniões foram utilizadas ferramentas participativas, como o *calendário agrícola*, *mapa histórico*, *mapa de divisão de trabalho* entre homens e mulheres, entre outras (VERDEJO, 2006).

A análise triangulada dos dados do Diagnóstico possibilitou tanto a elaboração do documento DRP, como a elaboração, pela equipe de pesquisa, de 45 indicadores emergentes. Estes foram divididos em três categorias: social, ambiental e econômica.

3.2. CRIAÇÃO DOS INDICADORES

A segunda etapa metodológica ocorreu em 2010, consistiu de uma reunião participativa de socialização e análise dos resultados obtidos no DRP, além da apresentação e discussão dos indicadores emergentes. A etapa contou com a participação dos agricultores familiares e do gerente de responsabilidade socioambiental da empresa. Na primeira fase da reunião, os participantes puderam refletir sobre a própria realidade, corrigir alguns dados levantados no diagnóstico, negociar junto à empresa melhorias dos procedimentos administrativos, entre outras temáticas.

A segunda fase da reunião consistiu na elaboração dos indicadores sociais, ambientais e econômicos, denominados *Indicadores de Sustentabilidade*. Para isso, foram apresentados os indicadores emergentes elencados pelo Instituto Peabiru. Posteriormente, os participantes se dividiram em dois grupos – (1) indicadores econômicos e (2) indicadores socioambientais – e, por

meio de perguntas geradoras³ e *ranking* de importância⁴, os envolvidos puderam avaliar quais as perguntas mais relevantes à realidade local e quais não se aplicavam. Isto possibilitou ao grupo criar indicadores que não estavam apresentados na proposta original, ou reformular os indicadores apresentados, a fim de torná-los compreensíveis e mensuráveis em relação à realidade.

O resultado foi a definição de 31 indicadores a serem monitorados, classificados como sociais, econômicos e ambientais, e apresentados em uma linguagem mais próxima à dos agricultores. Os indicadores foram sistematizados pela equipe institucional e originaram a versão teste do *Caderno de Indicadores de Sustentabilidade*, publicada em 2011.

3.3. PESQUISADORES SOCIOAMBIENTAIS

Os resultados do DRP além de permitirem o desenho de indicadores, contribuíram significativamente para orientar a tomada de decisões acerca da metodologia do projeto. Esses resultados evidenciaram um baixo envolvimento de mulheres e jovens nas atividades produtivas familiares concernentes à cultura do dendê nas áreas das famílias.

Além do mais, foi levantada a necessidade de: 1) capacitações em outras atividades econômicas; 2) fortalecimento desse grupo social para que, efetivamente, participe das tomadas de decisões familiares e comunitárias; 3) introdução, nas pautas das reuniões comunitárias, dos assuntos referentes à melhoria de qualidade de vida e de bem-estar social. A intenção é que esse conjunto de necessidades e ações resulte no fortalecimento das organizações locais.

Os resultados alcançados foram fundamentais para orientar a definição da terceira etapa metodológica do *Projeto Indicadores de Sustentabilidade*. A proposta inovadora do Instituto Peabiru foi de envolver um grupo de jovens e mulheres, relacionados aos agricultores familiares, com os seguintes objetivos estratégicos: 1) a formação em *pesquisa socioambiental*, para que esses se tornem aptos a aplicar os indicadores, analisar o sistema de indicadores e, com isso, sejam capazes de refletir sobre as ações para o desenvolvimento local; 2) o desenvolvimento das capacidades humanas para a tomada de decisões estratégicas e para articulação de ações de desenvolvimento; 3) o empoderamento dos agricultores em temáticas referentes ao uso e manejo sustentável dos

³ Como este indicador poderia ser mensurado? Qual a melhor forma de comunicá-los?

⁴ Ranking dos indicadores, por nível de importância; para tanto, os participantes fixavam um adesivo com o número 1, colando-o no indicador pouco importante, o número 2, em um indicador de média importância e 3, em indicador muito importante.

recursos naturais, a fim de qualificá-los para a tomada de decisões e a negociação de projetos e estratégias de desenvolvimento para as suas comunidades; 4) o aprendizado de formas de produção agroecológica, como alternativa à cultura do dendê, especialmente para garantir a maior segurança alimentar. Enfim, espera-se, dessa forma, incrementar o capital social local, contribuir com a formação dos futuros líderes locais e contemplar as necessidades levantadas no DRP pelos agricultores familiares.

Para tanto, em 2011 realizou-se a mobilização de jovens e mulheres das comunidades. São moradores entre 18 e 30 anos, alfabetizados, filhos, filhas e mulheres de produtores de dendê ou não, e que passaram a compor o *Grupo Pesquisadores Socioambientais (PSA)*.

As temáticas abordadas na formação foram pensadas pela equipe do Instituto Peabiru em conjunto com os jovens. As formações foram tanto de ordem teórica, como prática, e abordaram temas como: métodos de pesquisa e análises qualitativas e quantitativas; cálculo; temas ambientais; sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; gênero, conhecimento sobre instrumentos legais, como a regularização fundiária e o licenciamento ambiental; informática; práticas agroecológicas etc.

As metodologias participativas utilizadas nas oficinas de formação conceitual seguem a dinâmica de construção do conhecimento coletivo, em que, por meio de reflexões individuais, ou em grupo, se dá a construção de conceitos. E, num segundo momento, discute-se esses conceitos, comparando-os com os textos acadêmicos de pesquisadores renomados. Posteriormente, reflete-se sobre a aplicabilidade dos conceitos na realidade vivenciada.

3.4. FORMAÇÃO DOS PSA - APLICAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO:

A primeira ação do Grupo de *Pesquisadores Socioambientais (PSA)* foi a aplicação da *versão teste* do *Caderno de Indicadores de Sustentabilidade* junto aos agricultores familiares parceiros da empresa Agropalma. Neste momento, os PSA tinham como missão avaliar os indicadores elaborados e suas formas de mensuração, para que pudessem contribuir para seu refinamento e melhor aplicabilidade.

Além disso, como exercício de interpretação dos indicadores, os PSA representaram os indicadores pesquisados na forma de desenhos. Esses desenhos foram incluídos como ilustração da versão final do *Caderno de Indicadores de Sustentabilidade*, publicado no ano de 2011.

O *Caderno de Indicadores de Sustentabilidade*, elaborado pelos grupos sociais envolvidos, foi aplicado nos anos de 2011, 2012 e 2013, como instrumento de pesquisa da realidade – social, ambiental e econômica, vivenciada pelos agricultores familiares produtores de dendê. Essa ferramenta possibilitou a formação do grupo envolvido em pesquisa, análise de dados socioambientais e econômicos, e como instrumento de reflexão sobre a realidade local e na proposição de ações visando a superação de problemas e a melhoria de qualidade de vida.

Todavia, esses indicadores devem ser compreendidos como instrumentos de ação, em que, por meio da aplicação e realização das etapas descritas, o grupo social local implementa práticas de desenvolvimento, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e o bem estar social das comunidades, e transforma suas práticas de uso e manejo dos recursos naturais, bem como as formas de relacionamento com o poder público e o setor privado.

O processo metodológico que permite tais resultados segue o seguinte esquema: 1) Formação; 2) Pesquisa – monitoramento do *Caderno de Indicadores de Sustentabilidade*; 3) análise e reflexão dos resultados; 4) definição da estratégia de ação; e 5) implementação das ações de desenvolvimento local.

Com o objetivo de aprimorar o processo de formação, no ano de 2012, adotou-se a estratégia de trocas de experiência e intercâmbio em outras comunidades rurais, com a finalidade de estimular as metodologias em que “agricultor ensinar agricultor” com suas experiências práticas, valorizando o conhecimento empírico e ampliando a rede de conexão intercomunidades.

O desenvolvimento sustentável resulta do amadurecimento da consciência e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas sobre o território. Um desenvolvimento que seja capaz de aumentar as potencialidades das pessoas através de melhores condições de educação, saúde, habitação, saneamento básico, meio ambiente e alimentação, assegurando que os frutos do desenvolvimento econômico sejam traduzidos em melhoria das condições de vida e que permita que as pessoas ou grupos sociais tenham voz ativa, participando das decisões que influenciam suas vidas (BUARQUE, 2002).

Travessa Ó de Almeida 1083
66053-360 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br



É a partir da formação em *Pesquisa Socioambiental* e do coletivo de Pesquisadores Socioambientais, que se busca o incremento do capital social local. Este se dará no contexto da formação de futuras lideranças entre jovens e mulheres agricultores, capazes de pensar/agir/articular parcerias com as comunidades locais, o setor privado e o governamental, visando o desenvolvimento sustentável da localidade em que vivem e em que constituem suas famílias.

4. O RESULTADO DO MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A. INDICADORES AMBIENTAIS

A.1. Indicador 1 - Destino de Embalagens de Adubos e Defensivos Químicos

As perguntas do monitoramento são referentes ao destino das embalagens de adubos e defensivos químicos utilizados nas unidades de produção. O resultado do monitoramento está apresentado nos gráficos (1, 2, 3 e 4). Primeiro, estão agrupadas as informações acerca do destino final das embalagens de adubo e de defensivos químicos. Em seguida, discorre-se sobre os diferentes usos, que não são adequados, dados a essas embalagens pelos Agricultores Familiares entrevistados.

Gráfico 1: Destino final das embalagens de Adubo:

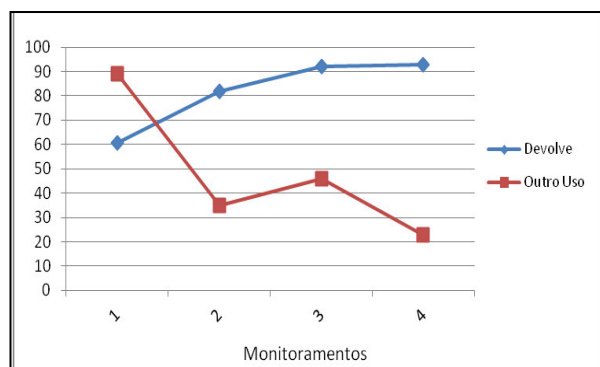
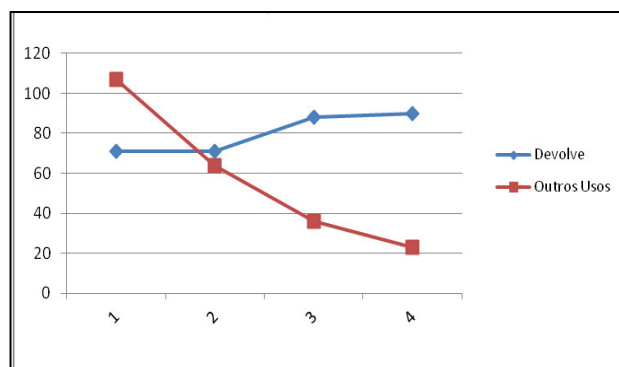


Gráfico 2: Destino final das embalagens de Defensivos Químicos:



Pode-se observar que a principal mudança ocorreu entre o primeiro e o segundo monitoramento. No primeiro monitoramento os agricultores costumavam dar outros usos às embalagens de adubo e, um número menor de agricultores devolve as embalagens. A partir do segundo monitoramento o número de agricultores que devolve as embalagens cresceu, e de forma contínua. Portanto, para o último monitoramento podemos observar que mais de 90% dos entrevistados dá o destino final adequado às embalagens de adubo, qual seja, a devolução das embalagens para que não provoquem danos ao ambiente familiar e à biodiversidade.

Em relação às embalagens de defensivos químicos, o primeiro monitoramento também mostra os piores resultados. Já no quarto monitoramento, 90% dos entrevistados afirmam que dão destino adequado às embalagens. Desta forma, os resultados, tanto para embalagem de adubo, quanto de defensivo, se aproximam.

O Instituto Peabiru entende que o resultado positivo, identificado pelo monitoramento, reflete o investimento da empresa Agropalma, em capacitação aos Agricultores Familiares parceiros. De acordo com os PSA, no período da realização do terceiro monitoramento, as famílias participaram com mais frequência dos cursos e palestras, capacitando-se, assim, e passando a utilizar corretamente os produtos e devolvendo as embalagens de forma adequada.

Além disso, segundo os PSA, a empresa estabeleceu um acordo com os agricultores, a fim de melhorar o destino dado às embalagens:

“Agora é obrigatório devolver as embalagens de química à empresa, pois para receber a próxima tem que devolver a usada”. D. M. – PSA.

Além disso, de acordo com informação do setor de responsabilidade socioambiental da empresa, em 2014 o número de agricultores usando produtos químicos para controle de invasoras diminuiu, pois estão adotando a roçadeira costal para essa finalidade, com acompanhamento de técnicos da empresa.

Todavia, analisando o destino dado àquelas embalagens que não eram devolvidas, temos nos gráficos os diferentes destinos finais comumente dado às embalagens de adubos e defensivos.

Gráfico 3: Destino Final das Embalagens de Adubo.

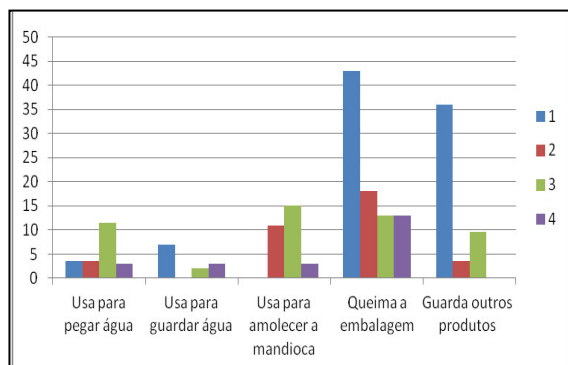
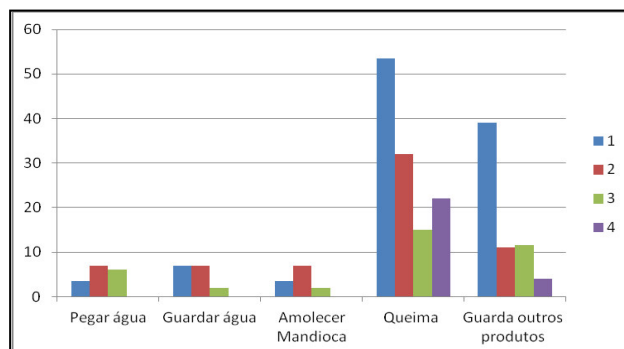


Gráfico 4: Destino Final das Embalagens de Defensivo Químico.



Esta pergunta, no *Caderno de Indicadores*, é de múltipla escolha, ou seja, o entrevistado pode dar mais de um uso à embalagem. O gráfico 3, acima, mostra que, mesmo no primeiro monitoramento, onde o número de indivíduos que não devolve a embalagem para a empresa era maior, 43% costumava queimar as embalagens de adubo, e 53% davam esse fim às embalagens de defensivos. No entanto, ainda no primeiro monitoramento, 36% informam que guardam outros produtos nas embalagens de adubo, e 39% para as embalagens de defensivos. De acordo com a análise dos Pesquisadores Socioambientais (PSA), deve-se dizer que existem dois tipos de embalagem de adubo; a de plástico e a de outra fibra.

“Existem dois tipos de sacos do adubo, um é impermeável (interno) e o outro externo é de fibra. O saco Interno pode até ser utilizado para pegar água, mas geralmente ele rasga na hora de abrir para aplicação do adubo na área”. G. L. - PSA

Portanto, de acordo com a informação, a embalagem de fibra poderia ser mais comumente usada, por exemplo, para amolecer mandioca. No entanto, é importante observar que, desconsiderando-se o primeiro monitoramento, menos de 15% dos entrevistados dão outro uso à embalagem de adubo, enquanto a grande maioria destina adequadamente.

Outro ponto levantado pelos PSA é que, em relação à menção de que os agricultores usam as embalagens de defensivo para coletar água, esta provavelmente se refira à água usada para misturar com o produto químico.

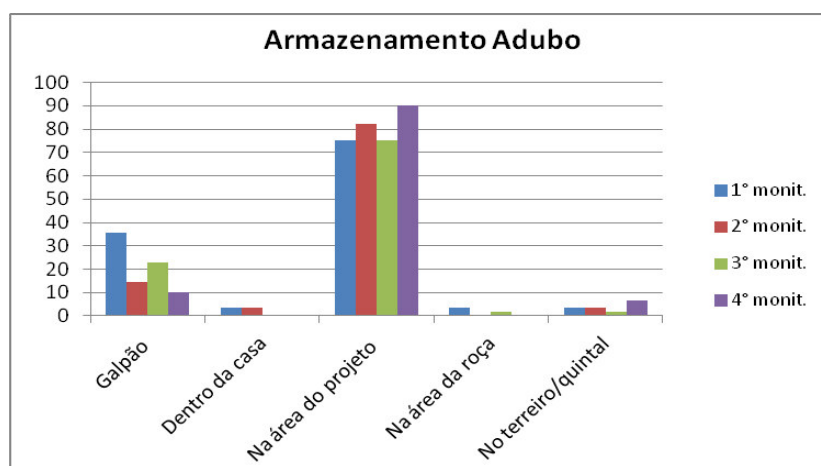
“Desde julho de 2012, a química está vindo em pó para posteriormente ser misturada com água e os agricultores tem que ter uma embalagem específica para a mistura”. G. L. – PSA.

A.2. Indicador 2 – Armazenamento do adubos e defensivos químicos, utilizados no plantio de dendê.

Esta pergunta, no *Caderno de Indicadores*, é de múltipla escolha, para o caso do entrevistado ter mais de uma opção de armazenamento do produto.

Adubo

Gráfico 5: Local de armazenamento do adubo fornecido pela empresa.



De acordo com o gráfico 5, o local onde mais se armazena adubo é na área do Projeto Dendê. Segundo os PSA, os representantes da Agropalma, antes de deixarem o adubo, perguntam se o agricultor está preparado para a adubação (mão de obra e ferramentas disponíveis). E, quando confirmado, entregam o adubo no lote do agricultor. A estratégia torna a aplicação mais eficiente, visto que não há custos de transporte para o agricultor. Além disso, evita que os agricultores armazenem o produto em locais que resultem em risco para a sua saúde, como nas residências.

Ainda de acordo com os PSA, apenas no projeto II, os agricultores construíram um galpão para armazenamento de adubo e defensivo, o que se mostrou como uma experiência que funciona positivamente. Essa estratégia foi necessária devido a ocorrência de furtos. Além disso, há informações, não confirmadas por nós, de que alguns agricultores não aplicam totalmente o adubo, a fim de comercializar o que uma parte.

Todavia, caso seja verídica a informação, os PSA entendem que essa seria uma atitude ingênua, uma vez que a quantidade de adubo fornecida é exatamente a quantidade necessária para a boa produção do lote; e se o agricultor não aplica todo o adubo fornecido seu lote não alcança o potencial de produção previsto.

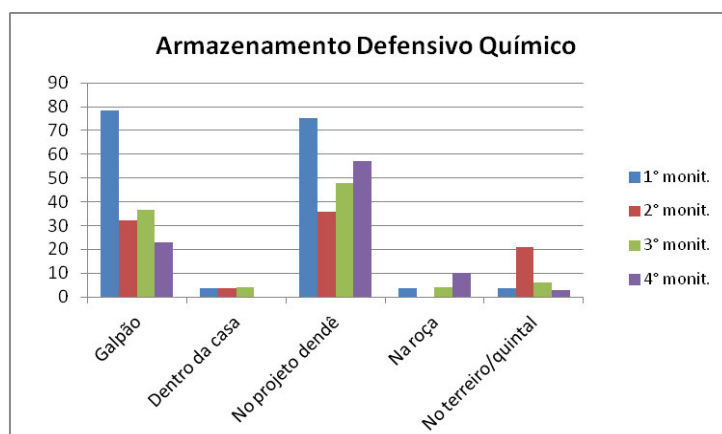
“A maioria do adubo é armazenado na área do projeto, pois é difícil transportar o adubo até os lotes, a saca é muito pesada para carregar”. A. S. – PSA.

“No projeto II a Associação construiu um galpão para os associados armazenarem seus produtos (química e adubo), eles têm o controle da entrada e saída de cada produto”. S. S. – PSA.

“Alguns agricultores comercializam o adubo, quando ‘sobra’, contudo a quantidade que chega é de acordo com a necessidade de aplicação do lote que depende da quantidade de plantas, sendo aproximadamente 2,5 kg por planta”. D. S. – PSA.

Químico

Gráfico 6: Local de armazenamento do defensivo químico fornecido pela empresa



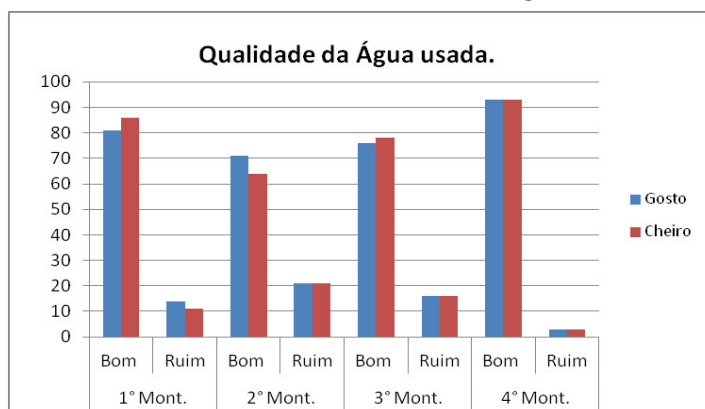
O lugar ideal para o armazenamento do defensivo seria em galpão destinado a este fim. O gráfico 6 mostra que o galpão e a área do projeto, são os locais mais usados para armazenar o

defensivo. No entanto, houve uma migração, no decorrer dos monitoramentos, para a opção de deposição na área do projeto, ao invés do galpão.

O Instituto Peabiru entende que o adubo tem maior valor comercial e, como consequência, o furto é mais frequente para esse produto. Não obtivemos informações sobre as novas estratégias e acordos entre a empresa e os agricultores, como no caso do adubo, o que pode, eventualmente, mudar o resultado no futuro. Por fim, quanto a guardar dentro de casa esses materiais, situação mais perigosa para a saúde da família, percebe-se que é uma prática que ainda ocorre no primeiro, segundo e terceiro monitoramentos, mesmo que em pequena escala, 3,5%, 3,5% e 4%, respectivamente. No entanto, no quarto monitoramento esta opção não é mais identificada pelos agricultores que participaram da pesquisa.

A.3. Indicador 3 – Qualidade da Água

Gráfico 7: Gosto e cheiro identificados na água consumida.



A maioria dos entrevistados identifica que, tanto o gosto, quanto o cheiro da água usada e consumida são bons, entendendo como bom aquela água em que não houve alteração para gosto e/ou cheiro não considerado como normal. No entanto, para o segundo monitoramento, o resultado mostra que há um número maior de pessoas que identificam alteração no cheiro e gosto da água, ou seja, cerca de 20% reclamam da qualidade da água, percentual parecido ao do terceiro monitoramento, no que se refere a avaliação negativa da qualidade do recurso. Além dos cerca de 10 % que no primeiro monitoramento relatam a mesma baixa qualidade. A melhoria aparece somente no quarto e último monitoramentos.

Os PSA entendem que o primeiro e o terceiro monitoramentos foram realizados durante o período chuvoso onde, efetivamente, o gosto e o cheiro da água são adequados. No segundo e quarto monitoramentos, realizado de setembro a novembro, em tempo de poucas chuvas, foi dito que a água normalmente apresenta qualidade inferior àquela do período chuvoso. Todavia, não nos parece que o período do ano possa justificar completamente o resultado. Muito embora, esse resultado reflita o fato de em muitas residências haver poços abertos, ou seja, aqueles sem a devida proteção à água que será consumida. Desta forma, qualquer líquido ou sólido que, porventura, caia no poço, poderá alterar o sabor e o gosto da água. Sabendo ainda que durante o período de menor quantidade de chuvas os poços secam e a água se torna mais barrenta.

Contudo, nenhum desses dados complementares aos resultados levantados diminui a necessidade de uma análise laboratorial detalhada sobre a qualidade da água nessas áreas. Considerando as novas práticas de adubação e o uso de defensivos, e os resultados apresentados, chamamos atenção ao fato de que é necessário maior cuidado a esse aspecto que envolve de maneira direta a saúde das famílias.

A.4. Indicador 4 – Tratamento da Água

Tabela 1: Formas de tratamento dado à água consumida.

Formas de tratamento da água	1º monitoramento (%)	2º monitoramento (%)	3º monitoramento (%)	4º Monitoramento (%)
Hipoclorito	72	56	50	56
Água Sanitária	8	7	7	6
Fervimento	26	7	7	13
Filtragem	56	44	57	53
Não faz tratamento	18	19	15	22

A pergunta se apresenta, no *Caderno de Indicadores de Sustentabilidade*, com a possibilidade de múltipla escolha. As formas mais comuns de tratamento da água entre as famílias é o uso de hipoclorito, normalmente distribuído pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), e o uso de água sanitária, comprada localmente. Esse hábito é comum em todos os monitoramentos realizados. No entanto, do primeiro monitoramento ao último, o uso do hipoclorito diminuiu de 72% para 56%; não obstante, os percentuais de famílias que passaram a não realizar qualquer tipo de tratamento aumentou de 18% para 22%, conforme se observa na tabela 1.

De acordo com a análise dos PSA, o número de Agentes Comunitários de Saúde diminuiu e a população aumentou; o que resultou na menor orientação aos moradores quanto à importância do tratamento adequado para a água. Análise confirmada nos indicadores que fazem referência à saúde. Além disso, em muitos casos, os ACS entregam o cloro às famílias; sem dar as devidas orientações acerca da importância da utilização, o que, somado à mudança no gosto da água provocada pelo cloro, desencoraja muitos a fazerem uso do produto. Outro complicador é que muitos agricultores entendem que “coar⁵” a água seja um tratamento suficiente. Os PSA identificam que o não tratamento da água está relacionado à falta de conhecimento das famílias sobre o problema de saúde que podem resultar do consumo de água não tratada.

⁵ Ato de filtrar a água passando em uma pequena bolsa de tecido, onde os resíduos maiores são capturados.

A.5. Indicador 5 – Atividade de extrativismo animal

Gráfico 8: Famílias que praticam extrativismo animal.

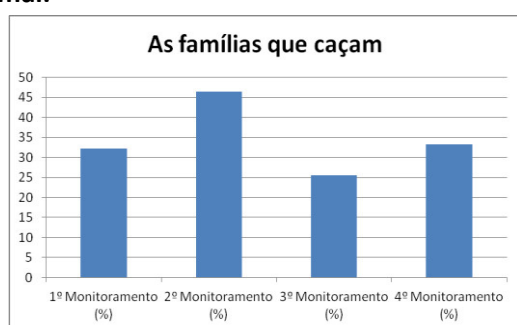
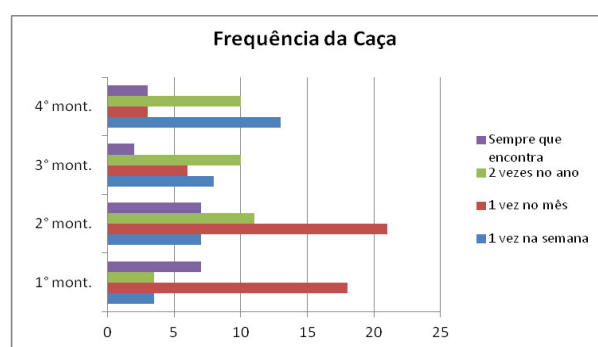


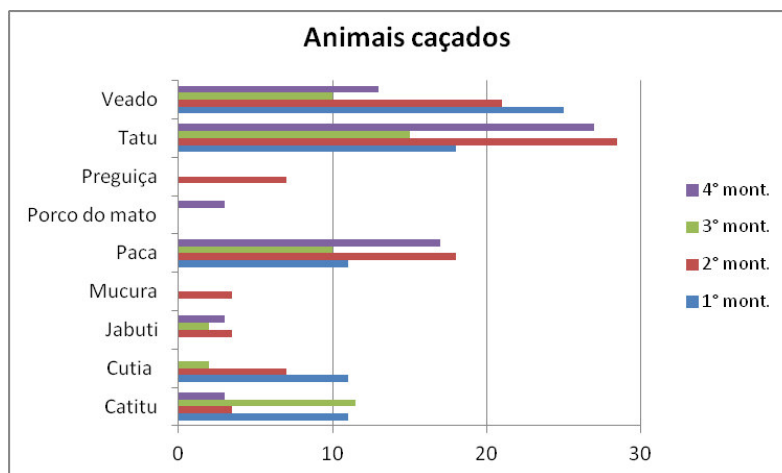
Gráfico 9: frequência da prática de extrativismo animal.



Ao refletir sobre os resultados para o extrativismo animal deve-se ter em conta que ao norte do país registram-se dois principais padrões de desmatamento: o primeiro inicia-se com a exploração ilegal e desordenada de madeira, o que provoca alto impacto sobre a biodiversidade, não apenas sobre a flora, mas também sobre a fauna. O segundo padrão de desmatamento liga-se ao aproveitamento tradicional da terra por agricultores familiares que implementam a agricultura de corte e queima, resultando em vegetações secundária. Deve-se dizer que o desmatamento provocado pelo fogo na Amazônia é, frequentemente, consequência desses padrões, funcionando como extensão das duas atividades.

Nesse contexto, o extrativismo animal ainda é uma prática comum para uma porcentagem significativa das famílias entrevistadas, embora tendendo ao declínio, ao que corrobora o fato de a região ser uma fronteira antiga com histórico de altos níveis de degradação. Sobre a frequência da atividade, as variações da tabela estão relacionadas ao período em que o monitoramento foi realizado. O primeiro e o terceiro monitoramentos foram realizados no período chuvoso, quando as pessoas caçam menos. Por sua vez, o segundo monitoramento foi realizado nos meses de setembro a novembro (período mais seco), quando as pessoas costumam caçar mais.

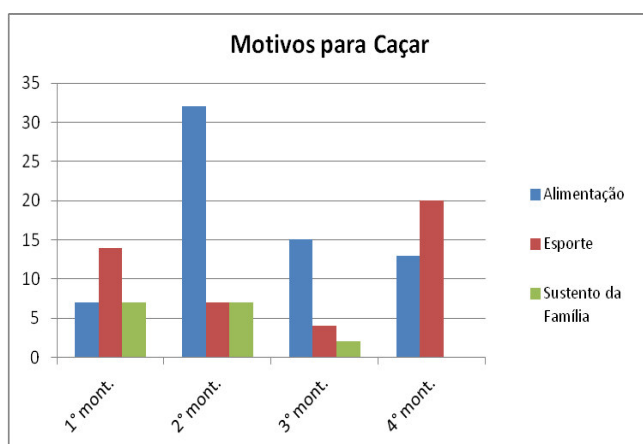
Gráfico 10: Espécies do extrativismo animal



O gráfico mostra que no primeiro monitoramento o principal animal caçado foi o veado. Por sua vez, no segundo, terceiro e quarto, destaca-se o tatu. A paca também aparece em todos os monitoramentos, com representação significativa. Os demais animais tiveram um índice muito baixo, por conta da dificuldade de encontrá-los nessas áreas. Isso reitera a diminuição e quase ausência de florestas primárias na região, culminando na drástica diminuição da diversidade da fauna, o que reflete da mesma forma a diminuição da prática extrativista animal. Afinal, a partir de determinado momento a caçada passa a não compensar, quando não há caça, ficando a atividade cada vez mais relacionada a tradição de caçar por prazer embora, certamente, haja uma necessidade sempre incutida na prática.

A pressão sobre a fauna por parte desses agricultores que praticam a caçada, portanto, não pode ser pensada de forma isolada, pois, historicamente, o desmatamento, que ocorre em diferentes níveis, condições e práticas, é o fator impactante principal.

Gráfico 11: Objetivo da atividade do extrativismo animal



Em relação aos motivos que levam as pessoas a prática extrativista animal, supõe-se que haja uma mudança de hábito – as pessoas estão deixando de caçar para se alimentar e buscam a atividade como uma forma de lazer e esporte, mas sem perder de vista a tradição ensinada de geração a geração. Assim, foi observado que a categoria “caçar por esporte” representa a manutenção de atividades culturalmente desenvolvida. Além do mais, os indivíduos que caçam têm acesso a outras fontes de proteína animal. A caça não representa a garantia de sustento da família, mas a reprodução de uma cultura tradicional, onde a carne de animais silvestres é muito apreciada. Os PSA concordam com o resultado e ratificam que o consumo de carne de animais silvestres é cultural na localidade e não se trata de fator crítico para a segurança alimentar⁶.

“A maioria caça quando estão com vontade de comer uma caça, então eles vão para a mata procurar”. E. S. – PSA.

“Acredito que as pessoas caçam para alimentação mais por ser cultural do que por necessidade”. A. S. – PSA.

⁶ LEI N° 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967 dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm).

A.6. Indicador 6 – Presença de animais silvestres

A partir dos monitoramentos realizados, além dos animais citados nas práticas extrativistas, destaca-se uma lista com outros 20 animais, observados pelos comunitários entrevistados ao longo das pesquisas. Estes foram observados em locais como: *a área do projeto dendê; na estrada; na floresta/mata; no rio; na roça; e no quintal das casas:*

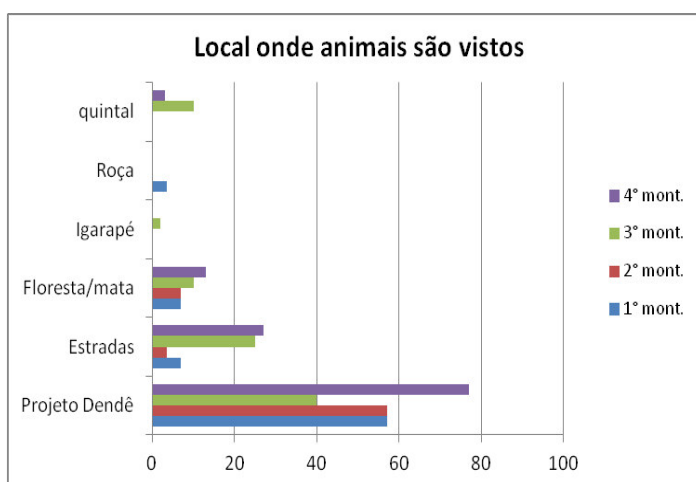
Tabela 2: Presença de animais silvestres na região.

Animais vistos	1º Monitoramento (%)	2º Monitoramento (%)	3º Monitoramento (%)	4º Monitoramento (%)
Camaleão	0	1	0	0
Capivara	0	0	1	1
Catitu	0	0	4	0
Cobra	3	4	17	9
Cotia	3	2	4	0
Escorpião	0	1	0	0
Gambá	0	2	0	0
Jabutí	0	0	1	0
Macaco	1	0	14	1
Mucura	1	0	0	4
Onça	0	1	0	0
Paca	0	2	3	1
Pássaros	0	1	1	5
Preguiça	3	2	2	2
Quati	1	0	6	3
Raposa	4	7	12	13
Rato	2	1	1	0
Tamanduá	2	1	1	1
Tatu	3	7	13	8
Veado	3	3	8	2

De acordo com a tabela 2, apesar do número considerável de espécies avistadas, a frequência é baixa. A maior frequência foi para a cobra, no terceiro e quarto monitoramentos; seguida do macaco e do tamanduá, no terceiro monitoramento e a raposa, que aparece no terceiro e quarto.

Além desses animais, a preguiça e o veado também são vistos com certa frequência, conforme se verifica nos dados do monitoramento 3.

Gráfico 12: Local onde os animais silvestres são vistos



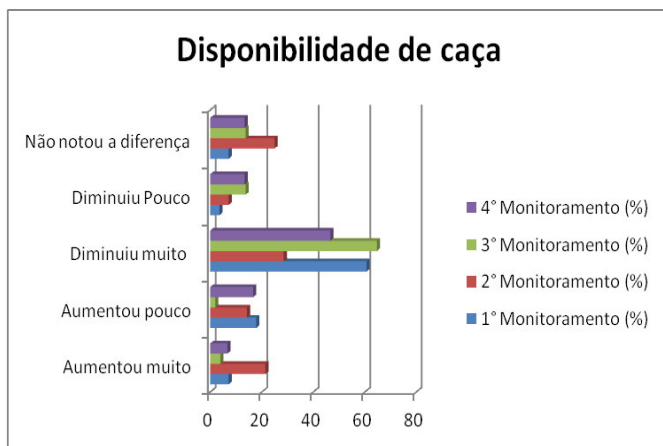
Os animais são vistos, principalmente, na área dos *projetos de dendê*. De acordo com os PSA, os animais se adaptaram e se alimentam dos frutos do dendê. Para o Instituto Peabiru este é um fato que merece ser aprofundado em pesquisa, porque demonstra a convivência da planta exótica com espécies nativas.

No entanto, uma das PSA chamou atenção para o fato de que nas roças os animais também são muito frequentes. Muito embora sejam dados que não aparecem na pesquisa, pois a maioria dos produtores de dendê não estabelece roçados, daí identificarem somente a presença de animais em seu local de trabalho – o plantio de dendê.

“Na roça também aparece muitos animais, mas como a maioria dos produtores de dendê não possui mais roça, a possibilidade de ver um animal diminui”. D. O. – PSA

“O plantio de dendê virou corredor de animais”. D. O. – PSA.

Gráfico 13: Disponibilidade extrativa animal



Nos quatro monitoramentos a maioria dos entrevistados identifica que a disponibilidade da caça diminuiu consideravelmente. Os PSA acreditam que a pressão dos próprios moradores sobre esse recurso, além do desmatamento na região, resultou na diminuição da quantidade e diversidade de animais silvestres.

“Os caçadores não distinguem as fêmeas dos machos, e acabam matando muitas fêmeas”. D. O. – PSA.

“As queimadas também estão matando muitos animais”. S. B.– PSA.

A.7. Indicador 7 – Plantio de árvores

Na região onde as comunidades se encontram, é comum haver famílias que plantam espécies arbóreas. A média de famílias que planta árvores entre os diferentes monitoramentos realizados é de 92%. As árvores são plantadas tanto nos quintais das casas, junto ao dendê, nos roçados, como junto às matas, conforme o gráfico (figura 12). No entanto, a maior parte das árvores é plantada nos quintais das casas ou sítios dos entrevistados. Se considerarmos todos os monitoramentos, em menos de 20% planta-se fora dessa área, como pode ser visto (gráfico 14).

De acordo com os PSA, a escolha do quintal está relacionada a dois motivos – primeiro, por ser próximo da residência, o que facilita o cuidado com as plantas e o consumo dos frutos; e o segundo, é que muitos agricultores não possuem outros locais disponíveis para plantar além dos quintais. Além do mais, os quintais funcionam como extensão da casa. E o pomar como fonte de alimentos imediatos. Estando as árvores próximas à casa, contribuem ainda no cuidar das crianças, pois os filhos estão à vista do responsável, muitas vezes brincando no quintal, entre árvores e consumindo frutos saudáveis.

Gráfico 14: Evolução do plantio de espécies arbóreas

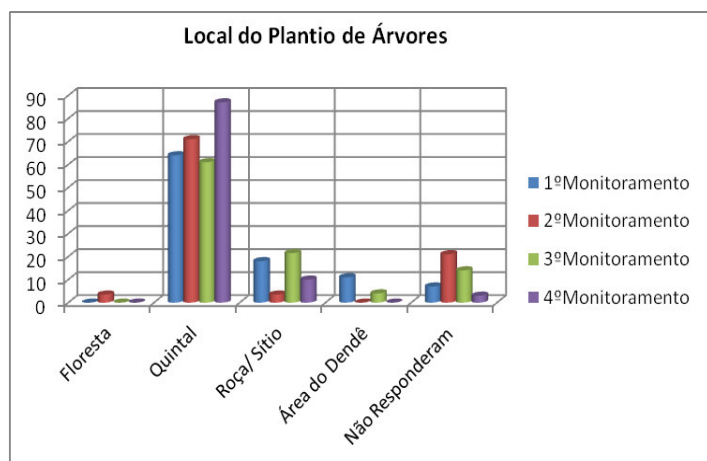
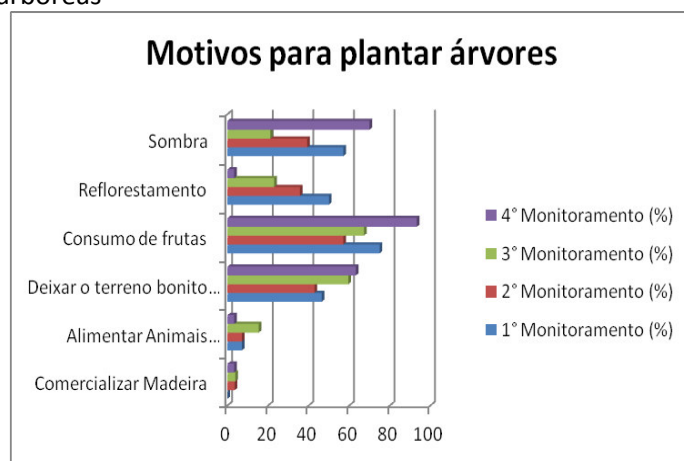


Gráfico 15: Motivação para o plantio de espécies arbóreas



B. INDICADORES SOCIAIS

B.1. Indicador 8 – Educação

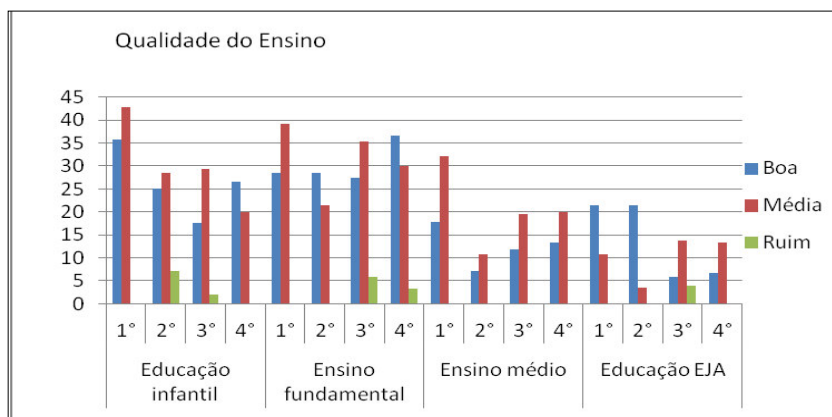
A partir dos depoimentos, foram identificadas as localidades onde os moradores têm acesso à educação. Conforme a tabela 3, existem comunidades que oferecem educação em mais de um nível escolar, como é o caso da Comunidade Soledade, que dispõe de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação para Jovens e Adultos (EJA). Outrossim, entre as comunidades onde as famílias dos agricultores produtores de dendê residem, esta é a única que oferece o Ensino Médio.

Tabela 3: Níveis e localidades onde são ofertados, identificadas no monitoramento IV

NÍVEL ESCOLAR	COMUNIDADE
EDUCAÇÃO INFANTIL	Água Branca
	Arauaí
	Curupéré
	São Vicente
	Soledade
ENSINO MÉDIO	Soledade
ENSINO FUNDAMENTAL	Água Branca
	Arauaí
	Curupéré
	São Vicente
	Soledade
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	Água Branca
	Soledade

O EJA é oferecido em apenas duas localidades, Soledade e Água Branca. Já o ensino infantil e o fundamental, são ofertados em cinco comunidades: Água Branca, Arauaí, Curupéré, São Vicente e Soledade. Também foram citados casos de crianças que estudam em outros municípios, como Mojú, no Baixo Tocantins, e em Benevides, na Região Metropolitana de Belém. Observe-se, ainda, que a partir de 2013 a comunidade Arauaí passou a contar com uma escola de educação infantil.

Gráfico 16: Qualidade do ensino oferecido nas escolas locais



Sobre a qualidade da educação oferecida, conforme apresentado no gráfico 16.

Para a educação infantil, no decorrer dos três primeiros monitoramentos, observamos que a maioria dos entrevistados identifica a qualidade como *média*, já no quarto monitoramento há uma mudança, com maioria dos entrevistados apontando a educação infantil como de *boa* qualidade. Ainda aparecendo, no segundo e terceiro monitoramento, uma minoria de entrevistados que avalia como *ruim* a qualidade do ensino ofertada.

Segue o depoimento de uma das professoras da escola de educação infantil da Vila Arauaí:

“Em muitos casos, para que eu faça um bom trabalho tenho que comprar material escolar para meus alunos, como vou trabalhar com criança de 4 anos com quadro e giz?”. D. M. – PSA e professora da escola local de Arauaí.

Para o ensino fundamental, no primeiro e terceiro monitoramento, a maioria dos entrevistados identifica a qualidade como *média*. Já no segundo e quarto monitoramento a maioria dos entrevistados observa que a educação para o ensino fundamental ofertada tem *boa* qualidade. Ainda no terceiro e quarto monitoramento, um pequeno percentual de entrevistados identifica como *ruim* a qualidade do ensino ofertada no local.

A avaliação do ensino médio nos quatro monitoramentos, a maioria dos entrevistados identifica que a qualidade é *média*, ainda, nenhum dos entrevistados identifica como *ruim* a qualidade do ensino.

Sobre o EJA, no primeiro e segundo monitoramento, a maioria dos entrevistados identifica de *boa* qualidade. No entanto, no terceiro e quarto monitoramento, a maioria dos entrevistados

identifica como média a qualidade deste ensino. Além disso, no terceiro monitoramento uma pequena porcentagem de entrevistados identificou a qualidade do EJA ofertada como *ruim*.

De acordo com as informações, o Instituto Peabiru avalia que houve melhora na qualidade da educação infantil e do ensino fundamental. Por sua vez, tanto para o ensino médio e o EJA a qualidade diminuiu. De acordo com os PSA, a diminuição na qualidade do ensino oferecido é notória para quem mora na comunidade. Também identificam que há pouca ou nenhuma participação dos pais nas atividades escolares, e que este fato prejudica a educação das crianças.

“Na maioria das turmas há muitos alunos para um professor apenas” L. B. – PSA.

“Os pais deveriam também educarem seus filhos nas suas casas, pois a educação começa dentro de casa e depois na escola. Além disso, devemos cobrar da secretaria de educação professores qualificados para trabalhar com crianças e adolescentes especiais, se os pais fossem mais presentes essas cobranças poderiam ter melhor resultado”. D. M. – PSA.

B.2. Indicador 9 – Infraestrutura para educação

Gráfico 17: Transporte Escolar

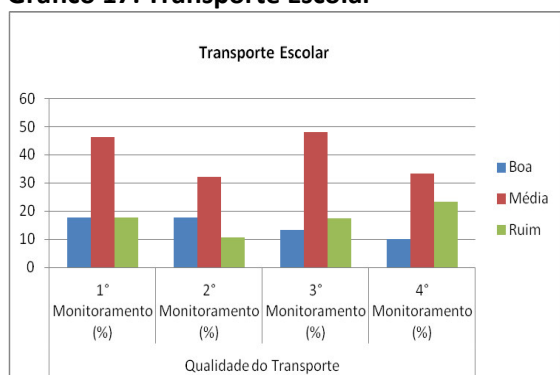
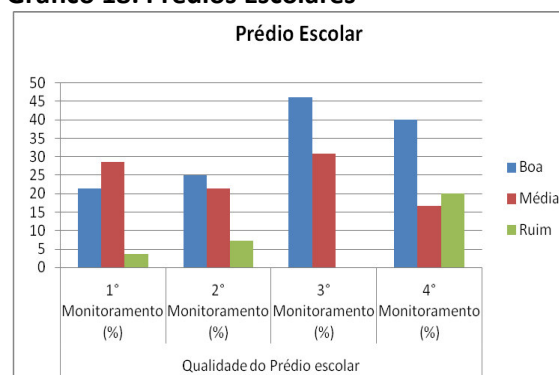


Gráfico 18: Prédios Escolares



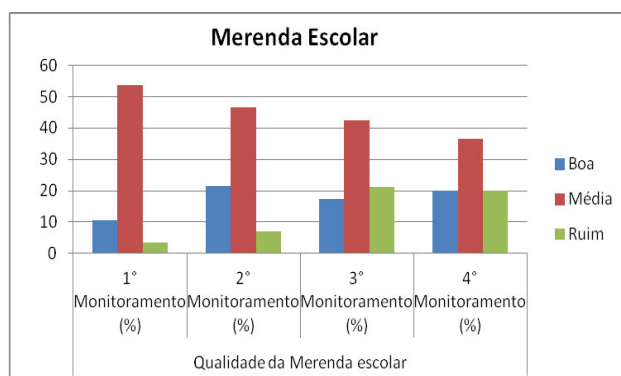
Sobre a infraestrutura oferecida para a educação em relação ao transporte escolar, em todos os monitoramentos, a avaliação que sobressai entre os entrevistados é de que o serviço tem qualidade *média*. Além disso, a quantidade de entrevistados que identificam a qualidade como *boa*, não ultrapassa 20% para todos os monitoramentos. Por sua vez, houve gradativo aumento de

entrevistados que avaliam a qualidade do ônibus é ruim, afirmam que não há segurança, que as poltronas são sujas e não há cintos de segurança, relatou-se ainda que o motorista não é habilitado para conduzir o veículo, que os ônibus estão sempre lotados, além do argumento de que a inspetora não é qualificada, causando constrangimentos aos usuários.

“Os motoristas, em muitos casos, são guerreiros para garantir que o motor continue funcionando, pois os ônibus são muito velhos”. W. D. – PSA.

De acordo com o monitoramento, em relação à infraestrutura dos prédios onde funcionam as escolas públicas locais, há uma avaliação predominantemente positiva, com o aumento de indivíduos que identificam a infraestrutura como *boa*, no decorrer da mensuração desse indicador.

Gráfico 19: Qualidade da Merenda Escolar Oferecida



O resultado dos monitoramentos mostra que a grande maioria dos entrevistados entende que a merenda tem qualidade *média*. No entanto, observa-se que o número de entrevistados que identifica a qualidade como *ruim* aumentou, principalmente a partir do terceiro monitoramento.

Os PSA discordam do resultado deste indicador; entendem que a merenda oferecida tem uma qualidade *ruim*, identificam que o sabor da maioria dos alimentos não é satisfatório, e que durante uma grande parte do período letivo falta merenda para os alunos. O grupo dos PSA acredita que o incentivo à instalação e manutenção de sistemas produtivo integrado dentro das comunidades, com parceria do Prevfogo, pode ser um caminho para os agricultores e os órgãos competentes acessarem o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal e, com isso, oferecer às escolas merenda de boa qualidade com alimentos mais ricos em nutrientes.

B.3. Indicador 10 – Composição Familiar e Educação Formal

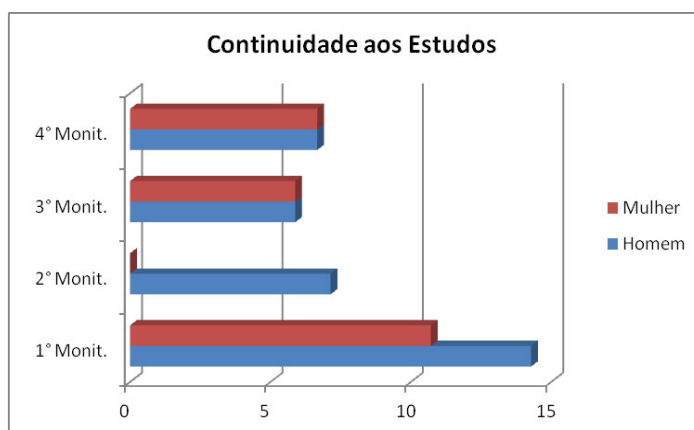
Tabela 4: Famílias com membros na faixa etária entre 13 a 28 anos, público que acessa a educação.

Composição Familiar e Educação Formal (%)				
Monitoramento	1°	2°	3°	4°
Faixa Etária de 13 a 28 anos	86	64	81	73
Destes quantos estudam?	100	100	100	93

Nos monitoramentos 1 a 3, cem por cento de jovens em idade escolar estavam na escola. Apenas no quarto monitoramento houve uma diminuição de sete por cento desse indicador. Apesar da diminuição, o resultado é positivo, visto que a grande maioria dos jovens continua estudando.

B.4. Indicador 11 – Continuidade nos estudos

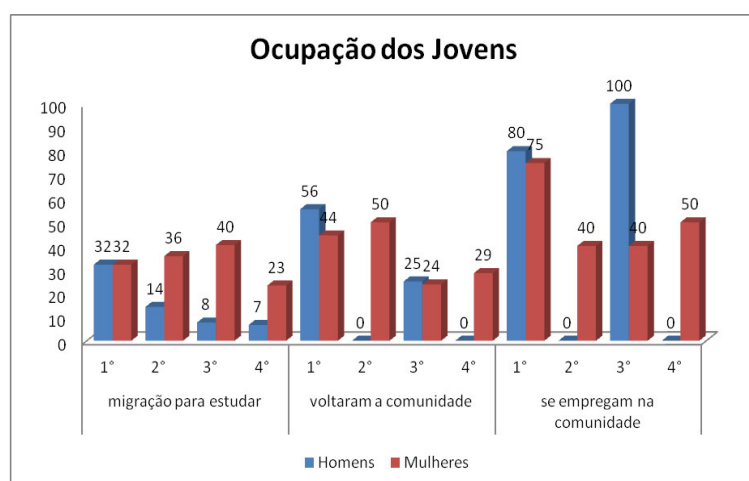
Gráfico 20: Sobre os jovens que dão continuidade aos estudos



A quantidade de jovens que dá continuidade aos estudos, ao concluir o ensino fundamental e médio, é inferior a 15%. Deste total, a maioria era de homens se considerados o 1° e o 2° monitoramentos. A seguir, nos monitoramentos 3 e 4 houve uma equidade entre os gêneros.

B.5. Indicador 12 – Migração para dar continuidade aos estudos

Gráfico 21: Migração dos Jovens e Continuidade nos estudos



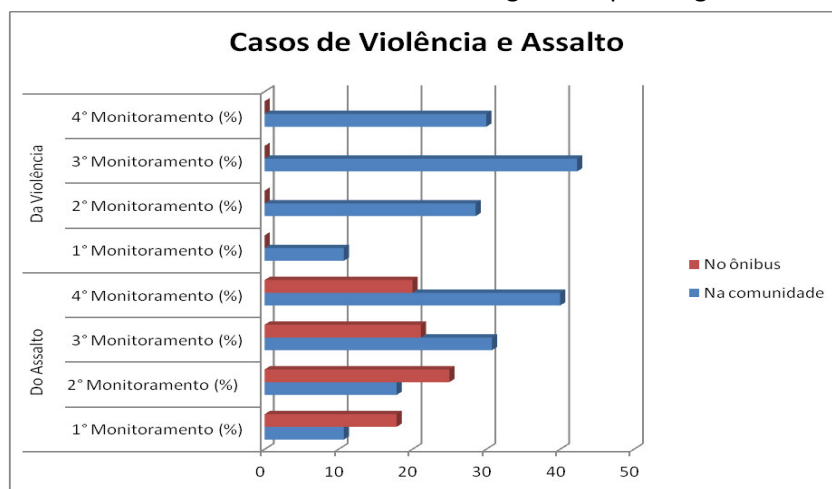
O gráfico mostra que, na maioria dos casos, são as mulheres que saem da comunidade para dar continuidade aos estudos. De 24% a 50% dessas mulheres voltam à comunidade depois dos estudos. Destas que regressam, no primeiro monitoramento, 75% encontravam empregos na comunidade. Por sua vez, nos monitoramentos 2º e 3º houve uma diminuição neste índice. Já no 4º monitoramento há um aumento para o número de mulheres que conseguem emprego na comunidade.

O número de homens que saem da comunidade com o objetivo de dar continuidade nos estudos vem diminuindo consideravelmente. Para o Instituto Peabiru, muito provavelmente porque as oportunidades de emprego nas comunidades aumentam para os homens nas atividades do dandê.

Outro dado do gráfico mostra que, para os homens que saíram da comunidade, no 2º e 4º monitoramento, nenhum deles voltou. Apenas no 1º monitoramento houve um retorno significativo destes homens. No entanto, para esses homens que voltam a morar na comunidade, a grande maioria consegue emprego.

B.6. Indicador 13 – Segurança Pública

Gráfico 22: Casos de violência e assalto registrado pelos agricultores familiares



Caracterizou-se como casos de violência as agressões físicas e/ou verbais. Nenhum caso de violência foi registrado nos ônibus. Por sua vez, nas comunidades, em todos os monitoramentos, foram identificadas ocorrências. Inclusive, havendo aumento gradativo, com pico no 3º monitoramento e uma diminuição de 12% entre os monitoramentos 3º e 4º.

Para os casos de assalto, tanto em ônibus como nas comunidades, houve ocorrências. No decorrer dos monitoramentos, houve aumento dos casos de forma gradativa nas comunidades. O pico foi no 4º monitoramento, em que 40% dos entrevistados relatam que já sofreram assalto ou viram alguém ser assaltado.

Quanto aos assaltos que ocorreram nos ônibus, houve aumento no 2º monitoramento e, este se manteve entre os monitoramentos que se seguiram, no 3º e 4º. Com a mudança da rota dos ônibus comerciais, os entrevistados relatam que a sensação de insegurança aumentou. Porque antes os ônibus comerciais passavam por dentro da área da empresa e, atualmente, fazem a rota por fora da área. Os PSA concordam e relatam que:

“Os assaltos e violência nos ônibus aumentaram depois que deixaram de passar por dentro da Empresa, hoje a rota do ônibus é mais longa e mais perigosa”. D. S. – PSA.

“A segurança nas vilas e estradas é zero”. J. D. O. – PSA.

Após o 1º monitoramento, os moradores da comunidade Arauaí tomaram a iniciativa de fazer denúncias anônimas. Foi feita uma caixa de ferro, colocada na frente da Associação em Arauaí, onde os moradores deveriam colocar suas cartas com as denúncias. Atualmente, esta caixa é pouco utilizada e observa-se que as denúncias não são recolhidas e averiguada. Além disso, observa-se baixa frequência de policiamento nas localidades.

As providências tomadas pela população local como denúncias anônimas e instalação de caixas para cartas, reiteram o agravamento da violência no campo nos últimos anos. O contingente policial nessas áreas é baixo ou ausente. Além do mais, a falta de assistência técnica, baixas produtivas, mercados desfavoráveis, dificuldades em acessar créditos ou em participar de projetos de desenvolvimento local provocam, ou ampliam, a instabilidade de muitas famílias, o que leva ao afastamento de parte da juventude local da agricultura familiar, parcela que, muitas vezes, entra na zona de risco social, incorrendo em crimes.

B.7. Indicador 14 – Consumo de álcool e drogas ilícitas na comunidade

Gráfico 23: Consumo de álcool.

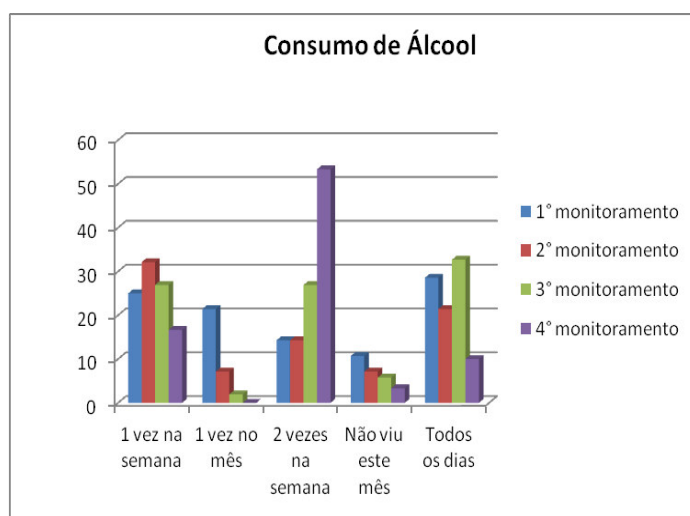
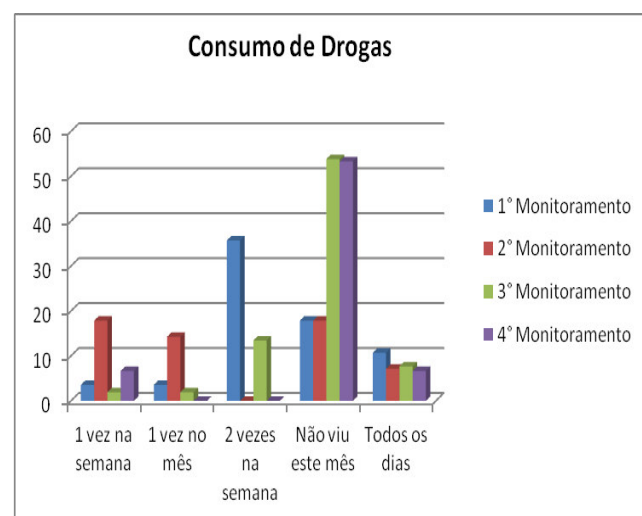


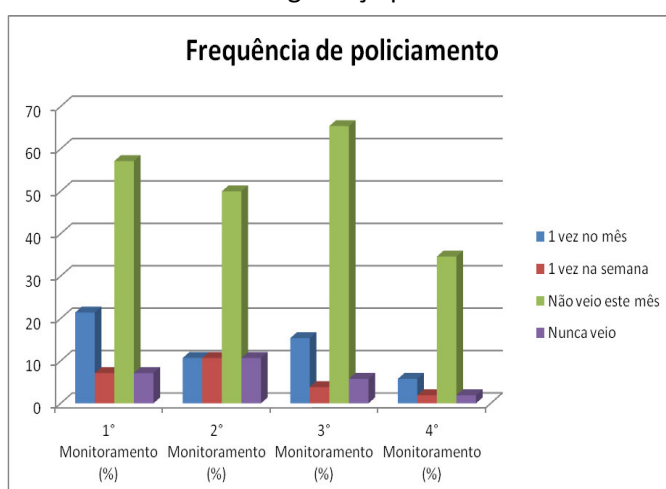
Gráfico 24: Consumo de ilícitos.



O consumo de álcool pelos moradores das comunidades vem aumentando. No 4º monitoramento, 53% dos entrevistados informou que presencia o consumo de álcool na comunidade com uma frequência de pelo menos duas vezes na semana. Para o consumo de drogas ilícitas, um número menor de entrevistados identifica aumento. De acordo com os PSA, a principal droga ilegal usada pelos moradores locais é a maconha e, com menor frequência, a cola, e a cocaína.

b.8. Indicador 15 – Segurança pública

Gráfico 25: Acesso à segurança pública



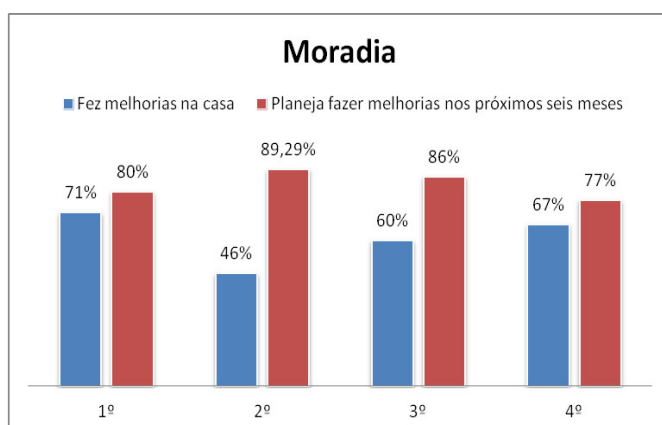
Em todos os monitoramentos, a grande maioria dos entrevistados responde que não houve policiamento no período, e menos de 20% informa que há policiamento uma vez ao mês. Alcança a cifra de 10% o número de entrevistados informando que nunca houve policiamento no local. O indicador se refere à realidade da maioria das comunidades. Apenas na Vila Soledade há um posto policial.

Segundo os PSA, há corrupção policial evidenciada tanto nas comunidades como na sede do município de Mojú. Houve relatos de detenção e de soltura de indivíduos criminosos, suspeitos ou não criminosos, conforme interesse monetário de alguns, o que sugere que a justiça pode estar sendo burlada na região. Portanto, os moradores parecem descreditados do trabalho policial e sentem-se incomodados com a situação uma vez que, em muitos casos, relatam não ter a quem recorrer. Os PSA identificam que, mesmo na ocorrência de algum crime, é muito difícil presenciar policiais no local.

“Quando queremos a presença da polícia na comunidade, para resolver qualquer assunto, temos que pagar para os policiais virem”. G. L. – PSA.

b.9. Indicador 16 – Infraestrutura

Gráfico 26: Infraestrutura das Moradias



Para todos os monitoramentos, grande parte dos entrevistados realizou melhorias na infraestrutura da casa nos últimos 12 meses, ou planejava investir na infraestrutura da casa no próximos seis meses seguinte.

Dentre as famílias entrevistadas, as melhorias variam da construção de compartimentos a pintura e a reforma, ou a aquisição de móveis e eletrodomésticos. Também há casos de construção de novas casas. Quando questionados sobre quais melhorias pretendem fazer nos próximos 6 meses, a maioria responde que pretende construir, reformar, ampliar ou concluir a construção da casa. A aquisição de eletrodomésticos se liga a recente chegada à região do programa luz para todos. Quanto a aquisição de móveis, e melhorias estruturais, ou mesmo reconstrução, de casas, deve-se ter em conta a aquisição de créditos por algumas famílias, aposentadorias, trabalho de familiares como assalariados fora do estabelecimento, bem como envolvimento em projetos como os de Dendê que, quando bem-sucedido, podem gerar receitas extras, ou receitas melhores.

Transporte

Grafico 27: Qualidade do transporte público:

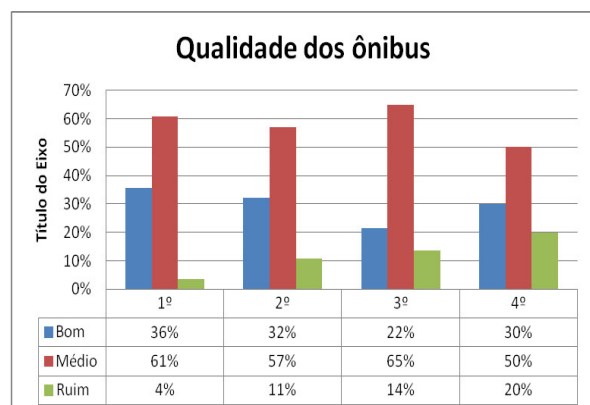
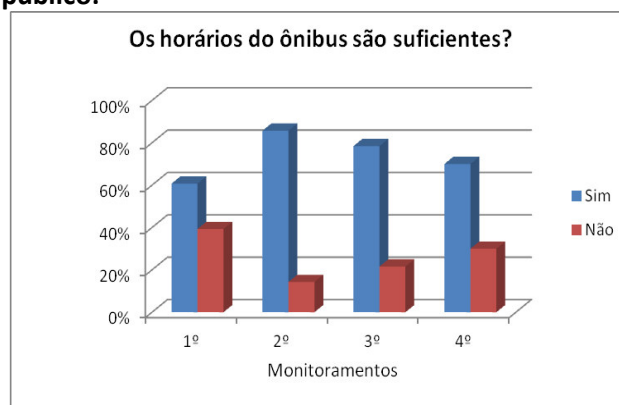


Grafico 28: Horários oferecidos para o transporte público:



Para a oferta de transporte público, os entrevistados identificam que a qualidade dos ônibus varia entre *médio* e *bom*. Quanto aos horários oferecidos, a maioria mostra-se satisfeita, identificando que o número de viagens é suficiente para a demanda da população.

Preço cobrado no transporte

Grafico 28: Preço cobrado no transporte público

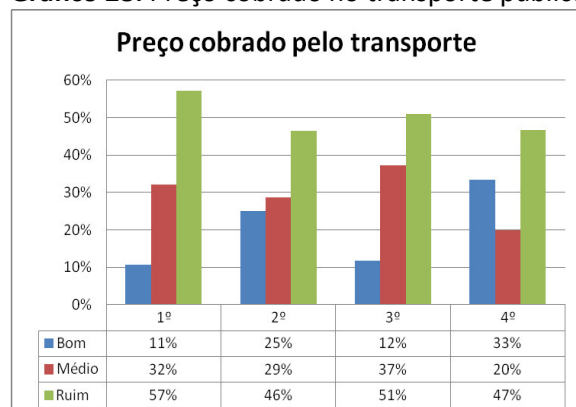


Tabela 5: Média dos valores cobrados

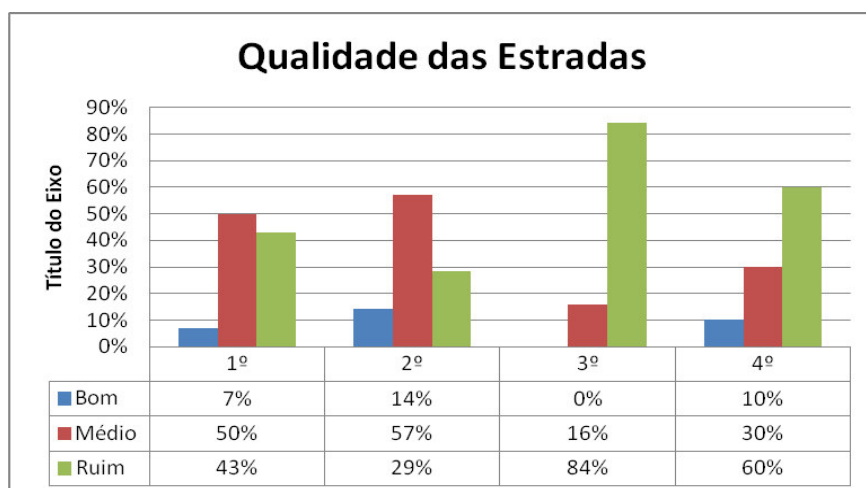
Preço do transporte				
	1º	2º	3º	4º
Média	R\$ 13,00	R\$ 12,83	R\$ 13,31	R\$ 12,44

Para todos os monitormentos, como apresentado no gráfico 28, há um predomínio da avaliação negativa para o preço cobrado pelo serviço de transporte público, embora no balanço dos monitoramentos um percentual expressivo considere o preço mediano. Há ainda na avaliação positiva do preço cobrado um crescimento relativo, ao longo dos monitoramentos. Talvez esta

avaliação esteja ligada a condição social do grupo entrevistado que, por conta de projetos, como o de Dendê, pode ter melhorado o poder aquisitivo de seu grupo familiar ao longo desses anos em que os monitoramentos ocorreram. Ainda que tenha havido um aumento gradativo dos indivíduos que entendem que o preço é adequado, os informantes, que avaliam como ruim, o preço do transporte, entendem que, para cobrar o preço atual, o serviço poderia ser de melhor qualidade. Apesar disso, houve aumento gradativo dos indivíduos que entendem que o preço é adequado.

“A quantidade de ônibus é suficiente para atender a demanda da população, mas é necessário mais qualidade do ônibus para valer cobrar o valor da passagem”. W. D. – PSA, Agricultor produtos de dendê.

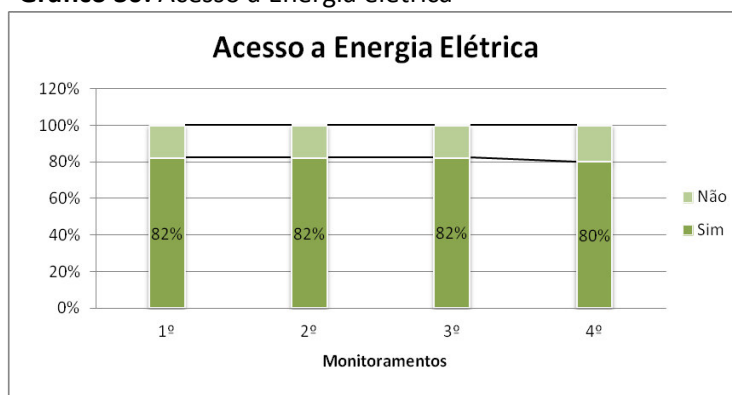
Gráfico 29: Qualidade das Estradas locais



Para os entrevistados, a qualidade das estradas vem diminuindo no decorrer dos anos; e a maioria avalia que as estradas apresentam qualidade *ruim*. Além do mais, os geralmente baixos investimento em construção e melhoria de estradas na região faz com que ao longo do tempo o problema se agrave. Percebe-se que em períodos chuvosos a dificuldade de acesso a certas localidades se agrava por conta do ainda pior estado das estradas. É quando, em geral, acontecem medidas paliativas de prefeituras locais visando a garantir, ainda que precariamente, o tráfego.

Deve-se alertar que as estradas são fundamentais e devem garantir a relação das comunidades com o seu entorno. A ligação com o ambiente externo aos lotes deve ser assegurada sob pena perdas significativas caso o ir e vir seja impedido. O escoamento da produção agrícola, o transporte escolar, para os que vão e voltam da cidade para estudar, as urgências médicas, entre tantos outros fatores imprescindível à vida na agricultura familiar depende dessas estradas que, geralmente, são precárias e muitas vezes, praticamente, intrafegáveis.

Grafico 30: Acesso a Energia elétrica



Em todos os monitoramentos, a maioria dos entrevistados tem acesso à energia elétrica. Observe-se que aqueles sem acesso a energia moram em localidades afastadas do centro das vilas. Este resultado reflete os impactos do Programa governamental Luz Para Todos, que nos últimos anos empreendeu esforços para levar energia elétrica ao campo, uma demanda antiga e urgente nas zonas rurais, cujos resultados, aparentemente, vingaram na região do estudo. Muito embora não tenhamos avaliado o preço da energia, tão pouco a regularidade e qualidade do serviço.

b.10. Indicador 17 – Saúde

Gráfico 31: Acesso à Ambulância

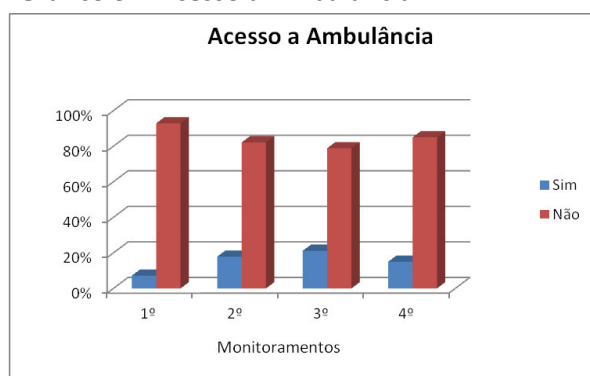
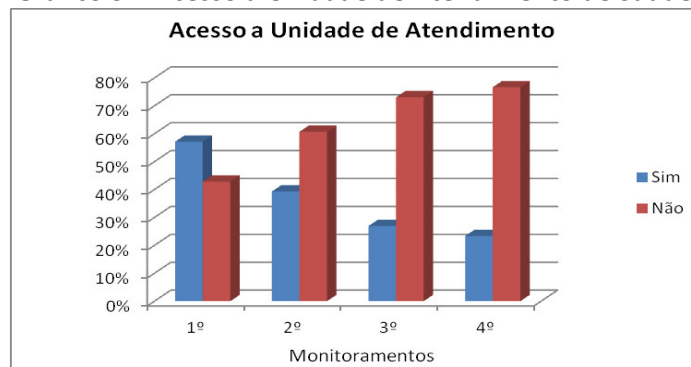


Gráfico 32: Acesso a Unidade de Atendimento de Saúde:



Sobre a ambulância, há uma variação de 93%, para o primeiro monitoramento, a 85%, para o segundo. Assim, há predominância de entrevistados afirmando que a população local não tem acesso

a este serviço. Apesar de haver uma ambulância na comunidade Soledade, os informantes relatam que, quando há acidentes graves, geralmente, os pacientes são transportados em carros particulares, sejam dos moradores locais, ou mesmo cedidos pela empresa Agropalma.

“Quando precisamos da ambulância e a maré esta seca, nós temos que espera a maré encher para a ambulância atravessar” A. S. – PSA Agricultor produtor de dendê.

Para o atendimento de saúde, a maioria dos entrevistados afirma não ter acesso a atendimento no local. E esse número aumentou no decorrer dos monitoramentos, chegando a 77% dos entrevistados, para o 4º monitoramento. De acordo com os informantes, há um posto de saúde na comunidade Soledade, mas é difícil receber atendimento no local, por conta da demanda de pacientes e da falta de infraestrutura e profissionais.

“As pessoas que trabalham no posto de saúde muitas vezes tratam mal a população, tem funcionário que humilha as pessoas que precisam de atendimento” D. M. – PSA – agricultora produtora de dendê.

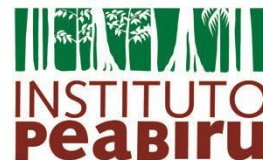
b.11. Indicador 18 – Frequência de profissionais de Saúde na comunidade

Tabela 6: Frequência de profissionais de Saúde na comunidade

Especialidades	Medico/a				Enfermeiro/a				ACS				Dentista			
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
Monitoramento Frequência																
Uma vez por semana	39%	11%	20%	10%	18%	11%	20%	3%	14%	3,5%	12%	3%	36%	11%	20%	13%
Duas vezes no mês (a cada 15 dias)	0	18%	2%	3%	7%	0	6%	0	0	0	0	0	0	3,5%	4%	3%
Uma vez no mês	3,5%	7%	6%	7%	0	11%	0	10%	57%	68%	41%	43%	3,5%	11%	4%	0
Não tem	57%	64%	67%	60%	61%	75%	70,5%	60%	25%	25%	41%	23%	61%	75%	69%	60%
Não Respondeu	0	0	6%	20%	11%	0	4%	23%	3,5%	0	4%	20%	0	0	4%	23%
Sempre					3,5%							3%				
Três vezes na semana						3,5%		3%								
Duas vezes na semana										3,5%	2%	3%				
3 em 3 meses												3%				

O resultado apresenta a frequência de visitas, de acordo com cada profissional da área da saúde nas comunidades. Usualmente, os profissionais – médico, enfermeira e dentista – deveriam dar plantão na unidade de saúde em Soledade. Enquanto os ACS, geralmente são moradores das comunidades em que atuam, e fazem visitas em domicílio nas áreas sob sua responsabilidade.

Travessa Ó de Almeida 1083
66053-360 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br



Nos quatro monitoramentos, quanto à frequência do médico, a grande parte dos entrevistados disse não haver médico na comunidade, o mesmo sucede com enfermeiros e dentistas. O que gera a necessidade constante de buscar atendimento na sede do município.

A maior diferença notada foi em relação aos ACS. Nos 1º e 2º monitoramentos, a maioria dos entrevistados disse que recebia visita uma vez no mês de um ACS. Já no terceiro monitoramento, a maioria dos entrevistados disse que não há visitas ou estas ocorrem duas vezes ao mês. Isso pode significar que houve uma diminuição do número de ACS locais. Os PSA identificam que, além da pouca frequência da ACS, sua atuação não é de boa qualidade.

“só entendi o que uma ACS faz quando vi uma, na casa da minha avó no Mojú [sede do município], ela orientou os jovens sobre preservativo, saúde sexual, saúde pública, saneamento, etc.”. D. M., PSA.

b. 12. Indicador 19 – Segurança do Trabalho

Tabela 7: Uso do EPI nas Atividades do Dendê

ATIVIDADES DO DENDÊ								
USO DO EPI	MONITORAMENTO 1		MONITORAMENTO 2		MONITORAMENTO 3		MONITORAMENTO 4	
ATIVIDADE	TODO	PARTE	TODO	PARTE	TODO	PARTE	TODO	PARTE
CAPINA	7,1	0,0	42,9	3,6	15,4	60,7	43,3	32,1
PODA	25,0	0,0	46,4	7,1	25,0	75,0	40,0	42,9
ADUBAÇÃO	17,9	0,0	39,3	3,6	19,2	89,3	40,0	42,9
COLHEITA	46,4	17,9	57,1	7,1	26,9	89,3	46,7	39,3
REBAIXO	25,0	3,6	42,9	7,1	26,9	85,7	30,0	39,3

De acordo com os dados do monitoramento, houve aumento no uso do EPI por parte dos agricultores familiares. As atividades onde o EPI é mais utilizado são a colheita e a adubação.

Tabela 8: Os EPI mais frequentemente utilizados nas atividades do dendê

Atividades do Dendê		
MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Luva	Luva	Luva
Bota	Bota	Bota
Calça	Calça	Calça
Camisa	Camisa	Camisa
	Camisa de manga	Camisa de manga
	Óculos	Óculos
	Máscara	

Tabela 9: Frequência de acidentes nas atividades do dendê

ATIVIDADES DO DENDÊ				
ATIVIDADE	MONIT. 1	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
CAPINA	3,6	0	0,0	3,3
PODA	0,0	0	3,8	3,3
ADUBAÇÃO	0,0	0	1,9	0,0
COLHEITA	3,6	0	7,7	0,0
REBAIXO	0,0	0	1,9	3,3

A ocorrência de acidentes na realização dos tratos culturais dos plantios de dendê foi baixa em todos os monitoramentos realizados, esta não ultrapassando 8%, e nenhum deles com casos graves ou que levassem a óbito. Os casos mais comuns foram cortes (golpes), ferimentos com espinho e com ferramenta de trabalho.

Na atividade de colheita de dendê ocorrem mais acidentes, apesar de ser a atividade onde mais se usa o EPI.

Atividades do Roçado

Tabela 10: uso do EPI nas atividades do roçado:

ATIVIDADE DO ROÇADO (%)						
USO DO EPI	MONITORAMENTO 2		MONITORAMENTO 3		MONITORAMENTO 4	
ATIVIDADE	TUDO	PARTE	TUDO	PARTE	TUDO	PARTE
ROÇA	7,1	3,6	7,7	9,6	3,3	23,3
DERRUBA	7,1	3,6	9,6	26,9	13,3	16,7
QUEIMA	3,6	7,1	5,8	32,7	3,3	23,3
COIVARA	0,0	3,6	5,8	36,5	6,7	20,0
PLANTIO	7,1	3,6	5,8	34,6	10,0	20,0
CAPINA	3,6	3,6	11,5	32,7	3,3	16,7
COLHEITA	7,1	7,1	11,5	28,8	13,3	23,3

Para as atividades do roçado houve aumento no uso do EPI, no decorrer dos monitoramentos, principalmente no 3º, em que o número de agricultores que responderam usar parte do EPI

aumentou para as atividades de derrubada, queima, coivara, plantio, capina e colheita. No 4º monitoramento, novamente, verifica-se uma diminuição no uso do EPI.

Tabela 11: Os EPI mais frequentemente utilizados nas atividades do roçado

EPI MAIS USADO ROÇADO		
MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Luva	Luva	Luva
Bota	Bota	Bota
	Calça	Calça
	Camisa	Camisa
	Camisa de manga	
	Óculos	
	Máscara	

Tabela 12: Frequência de acidentes nas atividades do roçado

USO DO EPI	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
ATIVIDADE	%	%	%
ROÇA	0,0	0,0	0
DERRUBA	3,6	3,8	0
QUEIMA	0,0	0,0	0
COIVARA	0,0	0,0	0
PLANTIO	0,0	3,8	0
CAPINA	3,6	0,0	0
COLHEITA	0,0	0,0	0

O percentual de acidentes relacionadas a atividade agrícola de cultivo de roçados (mandioca, milho etc.) é baixa em todos os monitoramentos, menos de 4%. Os mais comuns foram cortes durante a derrubada, plantio e capina.

O resultado mostra que são poucas as pessoas que usam o EPI completo, tanto nas atividades do plantio dendê quanto da roça. Os PSA identificam que houve palestra sobre o uso adequado do EPI, no entanto, entendem que a sensibilização dos produtores para o uso completo do equipamento é difícil, já que a maioria dos agricultores, culturalmente, não usam EPI nas atividades de agricultura, além das atividades relacionadas a produção de dendê.

O que se percebe por parte de muitos agricultores é a afirmação de que “nunca usou” esses equipamentos antes e de que é difícil criar o hábito, o que se vincula ainda ao apego ao modo de trabalhar tradicionalmente aprendido. Além do mais, outros afirmam que os aparatos completos provocam calor quase insuportável a quem os utiliza nos dias mais quentes e que isso dificulta a regularidade no uso. Outros afirmam que alguns equipamentos atrapalham o desempenho da realização da tarefa, o que sugere a falta de costume e o apego ao modo tradicional de trabalho.

b.13. Indicador 20 – Organização local

Reuniões na Comunidade

Gráfico 33: Participação de homens e mulheres nas reuniões comunitárias

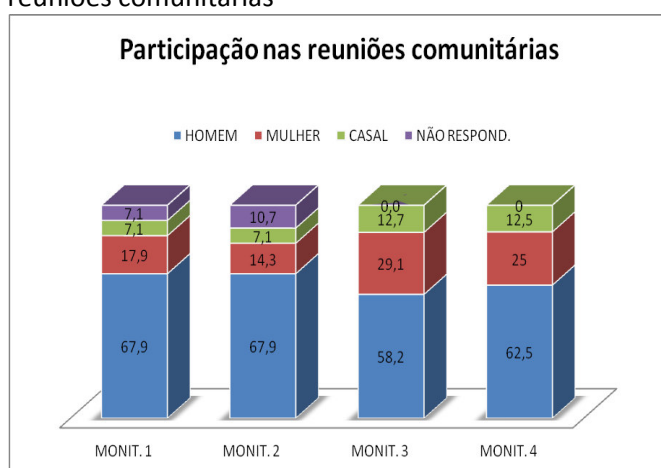
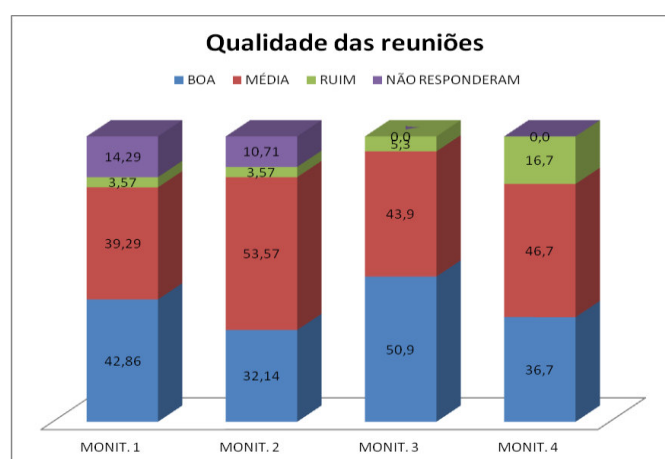


Gráfico 34: Avaliação da qualidade das reuniões



O número de homens que participam das reuniões da comunidade é consideravelmente maior, comparado ao número de mulheres. No entanto, podemos observar que a quantidade de mulheres e, também de entrevistados que afirmam que o casal participa, aumentou no decorrer dos monitoramentos.

Quanto à qualidade das reuniões (gráfico 34), para o primeiro e terceiro monitoramento a maioria dos entrevistados avalia como *boa*. Para o segundo e quarto monitoramento a maioria dos entrevistados entende que as reuniões têm *média* qualidade. Para os que avaliaram como boa, o número de entrevistados oscila no decorrer dos monitoramentos, diminuindo no segundo, aumentando e diminuindo, no 3º e 4º, respectivamente. Por sua vez, aqueles que identificam como *ruim*, aumentou no decorrer dos monitoramentos, até o 3º monitoramento, em que alcançou 5%. Por sua vez, no quarto monitoramento houve um aumento para 16,7%.

De acordo com os PSA, os monitoramentos mostram a realidade das reuniões da associação, em que aqueles que participam das reuniões são os associados, onde a maioria é de homens. Além disso, os assuntos tratados são especificamente sobre o plantio de dendê e os processos e acordos

relacionados. Há pouca priorização para discutir outros temas, como aqueles relacionados à qualidade de vida dos moradores locais.

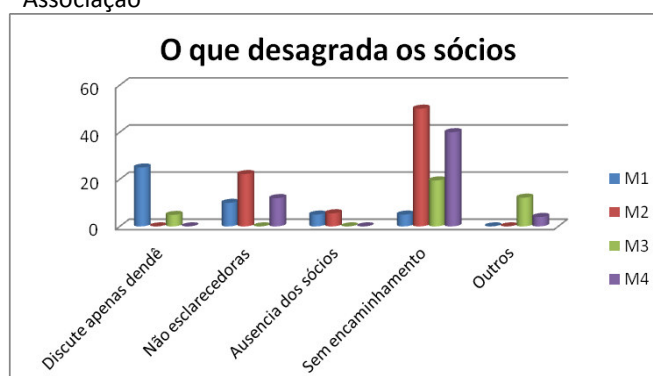
Assim, é perceptível que as discussões sobre o plantio de dendê passaram à pauta do dia das associações, há, por parte dos envolvidos, a preocupação em discutir as melhores opções e estratégias. Todavia, a parcela de agricultores que não possui contrato parece passar a ver suas demandas mais distantes desse debate organizado (como bem mostra o depoimento abaixo). O declínio qualitativo das reuniões na avaliação dos entrevistados pode ter direta relação com esse fato.

“As reuniões são boas, mas só tratam das questões sobre o projeto de dendê e não sobre a comunidade e qualidade de vida. Associação diz que a questão da educação, por exemplo, é assunto a ser tratado na prefeitura”. D. de O. – PSA.

Tabela 13: temas tratados nas reuniões da associação

TEMAS	MONIT. 1	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Educação	15	5,6	0,0	0
Saúde	20	11,1	4,9	8
Infraestrutura	0	22,2	12,2	16
Projeto dendê	30	27,8	34,1	60
Assuntos da associação	0	11,1	29,3	8
Agricultura	10	0,0	0,0	0
Não lembra/sabe	0	33,3	24,4	12

Gráfico 35: O que desagrada os sócios nas reuniões da Associação



Sobre os principais temas tratados na reunião, é possível observar, na tabela 13, que questões como educação e saúde vêm deixando de ser discutidas no decorrer dos monitoramentos. O tema infraestrutura é cada vez mais tratado. Conforme já tínhamos apontado mais acima, é notório neste resultado que o Projeto Dendê é o principal assunto tratado nas reuniões, aparecendo em todos os monitoramentos, o que reitera o predomínio das discussões, mas também a centralidade da palma na vida das famílias envolvidas, em detrimento de outros temas relevantes em nível de organização local, que pouco a pouco vão sendo deixados de lado nessas discussões associativas. No primeiro monitoramento, o fato de o Projeto Dendê ser o tema mais discutido, foi o que mais desagradou ao

associado que participava das reuniões, coadunando com a avaliação dos PSA, que entendem que o espaço poderia ser melhor utilizado para discutir outros problemas e soluções para a comunidade.

No entanto, nos monitoramentos que se seguiram, visto que o assunto *Projeto Dendê* continuava como pauta principal das reuniões, outros fatores determinaram a avaliação negativa por parte dos associados, principalmente a falta *de encaminhamentos* que propusessem soluções para as questões discutidas.

C. INDICADORES ECONÔMICOS.

A análise financeira aborda aspectos sobre a composição da renda familiar em uma perspectiva de gênero, avaliando a gestão dos recursos financeiros na unidade de produção familiar, identificando os principais gastos, com o intuito de compreender a renda familiar e a dimensão financeira dos produtores e produtoras de palma, parceiros e parceiras da Agropalma S/A.

c.1. Indicador 21 – Renda Familiar

TABELA 14: Renda média das famílias produtoras de dendê por mês.

RENDAS DO DENDÊ	MONIT. 1	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Máximo	R\$ 3.000,00	R\$ 3.800,00	R\$ 6.000,00	R\$ 4.000,00
Mínimo	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 300,00	R\$ 450,00
Média	R\$ 1.064,73	R\$ 1.327,52	R\$ 1.523,83	R\$ 1.698,44

O valor médio foi obtido pela soma de todos os valores da renda obtida com a venda do dendê, dividido pelo número de pessoas que fizeram a venda do produto. A tabela 14 mostra que houve aumento no rendimento financeiro das famílias para as atividades de produção do dendê. O dado pode estar relacionado com a melhor gestão do projeto dendê por parte dos agricultores familiares.

TABELA 15: renda média das famílias, relacionada às atividades de agricultura de culturas anuais:

RENDAS DO ROÇA	MONIT. 1	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Máximo	R\$ 750,00	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.500,00
Mínimo	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 50,00	R\$ 200,00
Média	R\$ 335,00	R\$ 203,00	R\$ 606,00	R\$ 600,00

Tabela 16: famílias que praticam as atividades do roçado

Famílias com atividades de Roçado			
1º Mon.	2º Mon.	3º Mon.	4º Mon.
25%	25%	36,5%	23,30%

Observou-se, ainda, em todos os monitoramentos, que o percentual de famílias que ainda realizam o plantio do roçado é menor que 40%. Nos monitoramentos 1 e 2, 25% das famílias responderam que plantam roça, já no terceiro levantamento, esse valor chega a 36,5%, maior percentual obtido entre os monitoramentos. O último monitoramento é o de menor valor 23,3%.

As culturas anuais produzidas no roçado estão diretamente relacionadas ao consumo da família, que vendem apenas o excedente de produção. Portanto, o cálculo do valor obtido com a produção do roçado é mais difícil, uma vez que está mais relacionado à segurança alimentar, da roça para a mesa, não passando pelo mercado. A família que produz roça deixa de comprar daquelas culturas alimentares.

c.2. Indicador 22 – Gênero e gestão de recurso financeiro

Tabela 17: Participação da mulher na gestão do recurso financeiro da família

QUANDO PARTICIPA?	MONIT. 1	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Todas as vezes	55,2	46,4	55,6	71,9
Algumas vezes	17,2	28,6	24,1	18,8
O homem é quem decide	27,6	25,0	20,4	9,4

A maioria das famílias faz a gestão compartilhada dos recursos financeiros. Além disso, a participação da mulher aumentou no último monitoramento, havendo uma queda no segundo e estabilidade no primeiro e terceiro monitoramentos. Os resultados mostram a paulatina entrada de agricultoras no centro das decisões de gestão nos lotes. Há de se destacar ainda a possibilidade de parcelas ainda maiores de mulheres estarem na dianteira de decisões de gestão, muito embora de maneira discreta, sem alarde, de modo que uma tomada decisão assumida como masculina, pode ter sido negociada entre homem e mulher, mas sendo a decisão levada a cabo pelo homem, que em geral assume a ação como exclusivamente sua.

Tabela 18: Participação da mulher na gestão do trabalho

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA DIVISÃO DO TRABALHO.				
QUANDO PARTICIPA?	MONIT. 1	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Todas as vezes	39,3	38,5	33,3	43,3
Algumas vezes	17,9	30,8	18,8	13,3
O homem é quem decide	42,9	30,8	47,9	43,3

Quanto ao trabalho o indicador mostra que durante os quatro monitoramentos não houve grande variação, os homens parecem continuar na maioria das vezes decidindo sozinhos sobre a gestão do trabalho. No entanto, houve aumento da participação da mulher, apresentado no quarto monitoramento.

Segundo os PSA, durante a implantação do projeto dendê, a participação das mulheres era mais ativa, o projeto exigia muita mão de obra; portanto, toda a família se envolvia com o trabalho. Ainda de acordo com os PSA, atualmente, com a possibilidade de contratar mão de obra externa, as mulheres estão menos envolvidas nas atividades de dendê.

“Quando o projeto I estava sendo implantado as mulheres participaram ativamente das atividades, por exemplo, na minha família eu, minhas irmãs e minha mãe íamos ajudar meu pai a limpar a área e plantar as mudas de dendê, hoje nós nem sabemos o que passa no projeto, a gestão ficou só na mão dos homens”. D. M. – PSA.

“Na implantação do projeto I a participação da família toda era maior, pois precisávamos de muita mão de obra para limpar a área, já nos projetos II e III as áreas foram limpas por tratores”. A. S. – PSA.

c.3. Indicador 23 – Médias dos gastos familiares

Houve aumento dos valores para *dinheiro recebido* e *valor que sobrou no mês*, o que é positivo. Em relação às despesas com o material de trabalho, esse valor diminuiu, podendo representar a maior estabilidade da cultura do dendê, ou seja, exigindo menor investimento em material e em mão de obra. No entanto, para este último, os gastos se mantiveram no decorrer dos quatro monitoramentos, com pequeno aumento no terceiro e quarto.

O investimento com *estudo* e com *melhorias na casa* também diminuiu, enquanto que as despesas com saúde e alimentação aumentaram ligeiramente. Para a comunicação e o transporte houve diminuição com os gastos.

A tabela demonstra que as famílias gastam mais com mão de obra e alimentação em todos os monitoramentos. Novamente, os PSA identificam que se gasta mais com mão de obra, pois a força de trabalho familiar não é tão utilizada como antigamente. Os gastos com alimentação podem representar um reflexo da diminuição dos agricultores que produzem culturas de subsistência.

TABELA 19: MÉDIAS DOS GASTOS FAMILIARES POR MONITORAMENTO

DESPESAS DA FAMÍLIA	MONIT. 1	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Dinheiro recebido	R\$ 1.469,64	R\$ 1.426,68	R\$ 1.808,44	R\$ 1.834,50
Valor que sobrou de dinheiro no mês	R\$ 325,00	R\$ 400,00	R\$ 196,89	R\$ 458,09
Despesas com material de trabalho	R\$ 596,21	R\$ 273,27	R\$ 223,07	R\$ 114,76
Despesas com mão de obra	R\$ 320,76	R\$ 210,10	R\$ 419,09	R\$ 371,11
Despesas com estudo	R\$ 111,88	R\$ 55,00	R\$ 140,36	R\$ 94,63
Despesas com saúde	R\$ 96,00	R\$ 68,40	R\$ 159,32	R\$ 103,93
Despesas com alimentação	R\$ 457,59	R\$ 405,19	R\$ 475,71	R\$ 468,75
Despesas com comunicação	R\$ 31,48	R\$ 35,32	R\$ 25,64	R\$ 25,79
Despesas com transporte	R\$ 99,23	R\$ 61,12	R\$ 107,61	R\$ 68,64
Despesas com melhoria na casa	R\$ 331,44	R\$ 704,62	R\$ 283,43	R\$ 253,70
Valor da dívida	R\$ 1.504,06	R\$ 1.257,31	R\$ 398,62	R\$ 96,42

O item valor da dívida, está relacionada a alguma dívida da família durante o mês da pesquisa. Podemos observar que esse valor diminuiu consideravelmente, representando melhor gestão financeira por parte das famílias.

c.4. Indicador 24 – Gênero – Créditos e crediários

Tabela 20: Crédito em lojas

CREDITO EM LOJA	MONIT. 1	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Homem	60,7	42,9	59,62	50
Mulher	35,7	39,3	57,69	50

Tabela 21: Objetivo de adquirir crédito em lojas

OBJETIVO DO CRÉDITO	1° Monit.		2° Monit.		3° Monit.		4° Monit.	
Gênero	M	F	M	F	M	F	M	F
Eletrodomésticos	82	20	33	18	41	20	47	0
Móveis	18	20	17	9	10	37	33	40
Compras em geral	71	30	17	18	10	3	7	20
Melhoria do imóvel	0	0	8	36	6,5	33	0	40
Roupas	0	0	0	9	16	7	20	7
Adquirir meio de transporte	0	0	0	0	6,5	0	7	0

Para a construção das tabelas 20 e 21, a pergunta geradora é de múltipla escolha, entendendo que na família tanto o homem como a mulher podem ter crédito, e o objetivo do crédito pode ser mais de um. Acerca da tabela 20, podemos observar que, no primeiro monitoramento, a maioria dos créditos em lojas era feitos por homens. No decorrer dos monitoramentos, o indicador ficou equilibrado, chegando ao 4° monitoramento com 50% para cada categoria.

Sobre os objetivos de obter créditos, os homens aparecem como responsáveis pela aquisição de eletrodomésticos e roupas, e uma pequena porcentagem aparece no 3° e 4° monitoramentos para a compra de meio de transporte, geralmente motocicleta. As mulheres, quando adquirem créditos em lojas, têm o objetivo de comprar móveis e fazer melhorias nas casas. Mas lembrando que os interesses, em geral, são comuns ao grupo familiar, pois todos se beneficiam da moto, dos eletrodomésticos, dos móveis, etc. À aquisição de um bem, parece decisivo sua utilidade ao grupo familiar como um todo.

Financiamentos Bancários

Tabela 22: Financiamento Bancário e Gênero

FINANCIAMENTO BANCÁRIO	MONIT. 1	MONIT. 2	MONIT. 3	MONIT. 4
Homem	54	46	60	53,3
Mulher	11	11	23	30,0

Tabela 23: Objetivo de adquirir Financiamento Bancário

OBJETIVO DO CRÉDITO	1º Monit.		2º Monit.		3º Monit.		4º Monit.	
Gênero	M	F	M	F	M	F	M	F
Dendê	53	67	23	67	71	75	50	33
Empréstimo Bancário	7	33	46	33	10	8	37,5	22
Pronaf	27	0	8	0	6,5	8	6,3	33
Não informaram	13	0	23	0	13	8	6,3	11

Sobre financiamentos bancários, a maioria está em nome dos homens. Isso ocorre, pois, o financiamento do projeto dendê está geralmente em nome dos homens, e a maioria dos financiamentos está relacionado ao projeto dendê. De acordo com os PSA, o financiamento foi feito em nome das mulheres em duas condições principais, quando o homem possuía dívida, ou quando este era analfabeto. No entanto, ainda existe um número menor de casos onde a mulher fez o financiamento em seu nome e gerencia as atividades produtivas do projeto dendê.

No caso dos empréstimos bancários, a maioria é feito pelos homens. Isto ocorre, também, por conta do financiamento do projeto dendê, visto que o projeto está em nome dos homens e o pagamento da produção também, facilitando o acesso deles a novos empréstimos, uma vez que têm uma fonte de renda comprovada.

Para o Pronaf, no 1º e 2º monitoramentos, a maioria de acessos era feita pelos homens, já no 3º e 4º o maior número foi feito pelas mulheres.

c.5. Indicador 25 – Contrato de mão de obra

Gráfico 36: Contrato de mão de obra para atividades relacionadas a produção de dendê

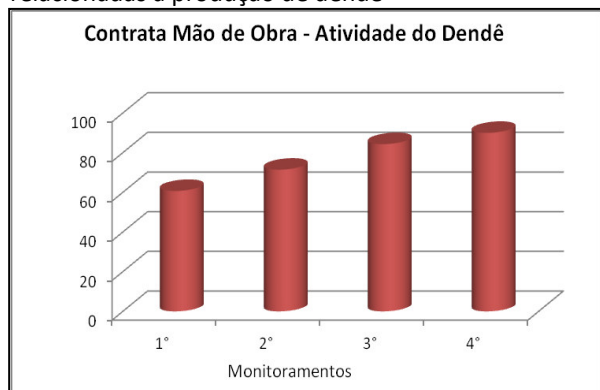
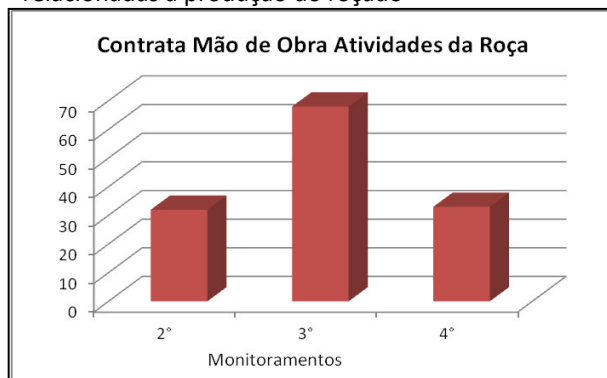


Gráfico 37: Contrato de mão de obra para atividades relacionadas a produção do roçado



Os gráficos 36 e 37 apresentam o contrato de mão de obra para as atividades produtivas do dendê e do roçado, respectivamente. Observa-se que a variação do contrato de mão de obra para dendê é de 61% a 90%, do primeiro ao quarto monitoramento. Para as atividades do roçado, a contratação não ultrapassa 70%, para o terceiro monitoramento. As informações coadunam com outros indicadores, uma vez que as atividades do roçado são desenvolvidas com menor intensidade que as atividades produtivas do dendê. A manutenção da estabilidade, diminuição e abandono da atividade de roçado entre essas famílias será tratada mais adiante.

Contrato de mão de obra e gênero

Gráfico 38: contrato de mão de obra e gênero para o dendê

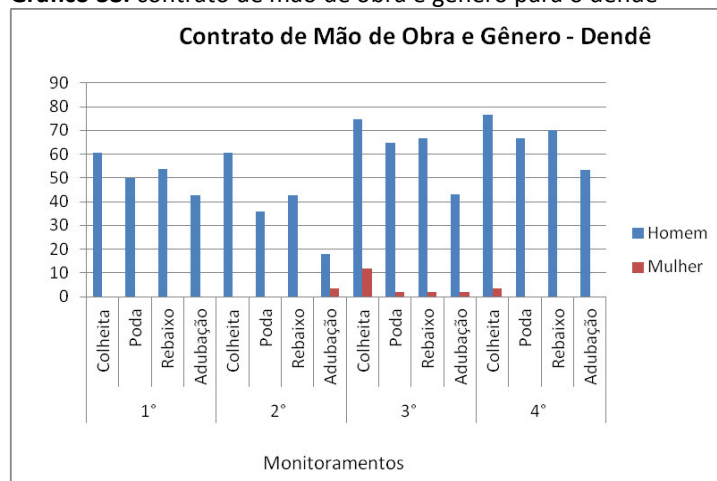
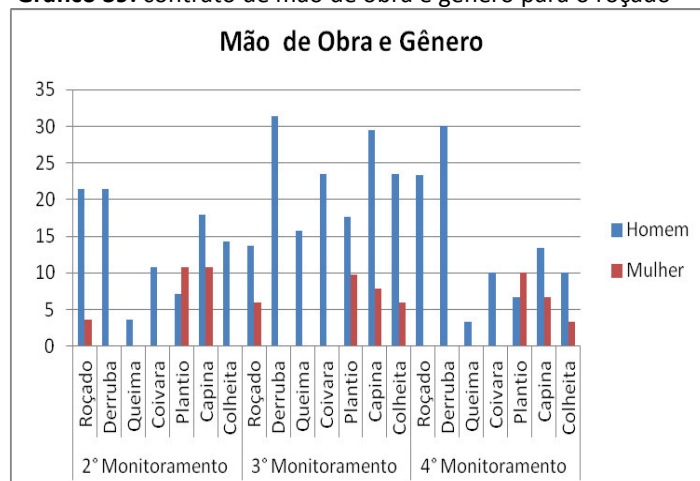


Gráfico 39: contrato de mão de obra e gênero para o roçado



Os gráficos 38 e 39, mostram que a contratação de mão de obra para a atividade produtiva do dendê é quase exclusivamente masculina. Por sua vez, para o roçado ainda se contrata mão de obra feminina nas atividades de plantio, capina e colheita, que exigem menor força física, se comparado a outras atividades.

Valor médio das diárias de mão de obra

Tabela 24: Valor da mão de obra para as atividades do dendê

VALOR MÉDIO DAS DIÁRIAS E EMPREITADAS – ATIVIDADES DENDÊ							
Práticas culturais do dendê	1º Monit.	2º Monit.		3º Monit.		4º Monit.	
	Diária	Diária	Empreitada	Diária	Empreitada	Diária	Empreitada
Adubação	R\$ 31,54	R\$ 25,00		R\$ 31,91	R\$ 223,30	R\$ 41,25	R\$ 180,00
Colheita	R\$ 36,44	R\$ 31,54	R\$ 393,00	R\$ 28,87	R\$ 290,00	R\$ 42,89	
Poda	R\$ 47,31	R\$ 23,61	R\$ 659,00	R\$ 32,12	R\$ 595,00	R\$ 38,33	R\$ 700,00
Rebaixo	R\$ 44,67	R\$ 26,43	R\$ 650,00	R\$ 29,29	R\$ 533,08	R\$ 33,38	R\$ 542,86

A mão de obra pode ser contratada de duas maneiras, por diária ou por empreitada. Para a diária, o dono do projeto paga ao indivíduo pelo dia trabalhado; enquanto, para a empreitada, o contrato está baseado no serviço a ser realizado.

As informações, na tabela 24, mostram que as diárias e empreitadas mais caras estão relacionadas a atividades de colheita e poda. E, apesar das diárias para poda, nos monitoramentos 2,

3 e 4 terem se mantido menores que no primeiro monitoramento, as empreitadas subiram, comparando o segundo e o quarto monitoramentos.

Para a adubação as diárias mantiveram-se no valor médio nos três primeiros monitoramentos, ocorrendo um aumento no quarto monitoramento.

Para o rebaixo, houve uma queda no valor da mão de obra, comparando o primeiro e o quarto monitoramentos.

Tabela 25: Valor da mão de obra para as atividades do roçado:

Práticas culturais	2° Monit.	3° Monit.	4° Monit.
	Diária	Diária	Diária
Roça	R\$ 34,17	R\$ 25,00	R\$ 30,00
Derruba	R\$ 36,00	R\$ 53,33	R\$ 62,50
Queima	R\$ 20,00	R\$ 25,00	
Coivara	R\$ 23,75	R\$ 27,50	R\$ 27,50
Plantio	R\$ 23,75	R\$ 33,33	R\$ 27,50
Capina	R\$ 25,00	R\$ 33,00	R\$ 27,50
Colheita	R\$ 30,00	R\$ 34,17	R\$ 28,33

Para a atividade do roçado também é necessário contratar mão de obra. Para a atividade de derruba paga-se a mão de obra mais cara, geralmente para um operador de motosserra. Esta também foi a atividade que mais sofreu aumento durante os monitoramentos. Para a atividade de queima também houve aumento da mão de obra, entre os monitoramentos 2 e 3.

Para as atividades de roças o valor da diária paga diminuiu, enquanto que para as atividades de coivara, plantio, capina e colheita, o valor da mão de obra manteve-se a média de R\$29,00.

Paga a diária e oferece alimentação

Gráfico 40: Contrato de mão de obra com alimentação incluída para as atividades do dendê

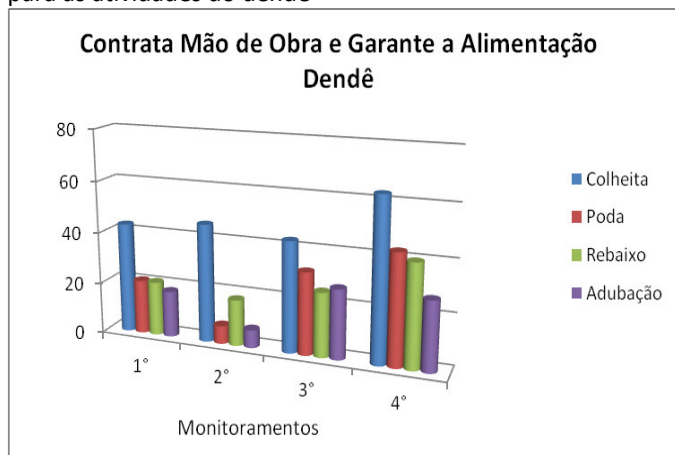
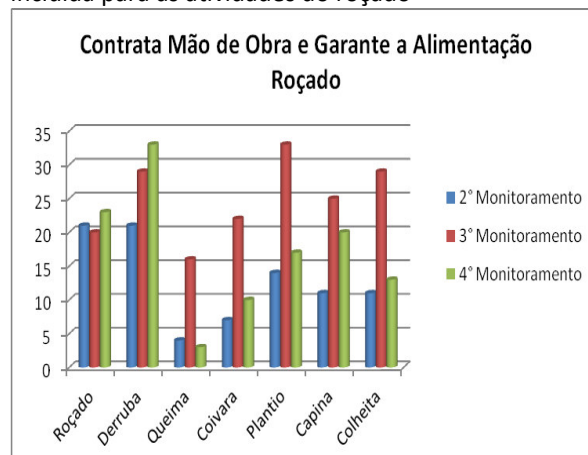


Gráfico 41: Contrato de mão de obra com alimentação incluída para as atividades do roçado



Para as atividades do dendê o contratante, além de pagar a diária, oferece também a alimentação em, pelo menos, 60% dos casos. Quando paga-se a empreitada o contratante não oferece alimentação.

No caso do roçado menos de 35% dos contratantes também garantem a alimentação do trabalhador contratado.

Práticas Culturais mais necessárias para contratação de mão de obra:

Gráfico 42: Principais atividades em que se contrata mão de obra para práticas culturais do dendê

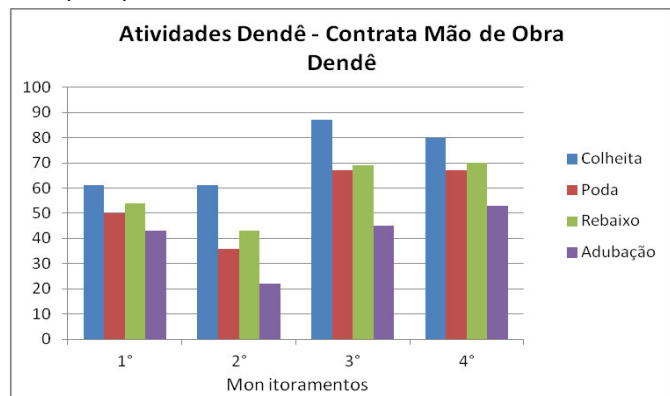
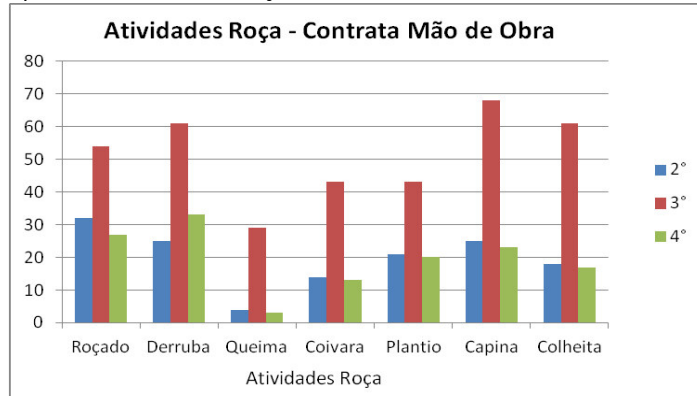


Gráfico 43: Principais atividades em que se contrata mão de obra para práticas culturais do roçado



Para as práticas culturais do dendê, no tocante ao itinerário técnico, a atividade onde mais se contrata mão de obra é a colheita, seguida do rebaixo, poda e, com menor frequência, a adubação. Por sua vez, para as práticas culturais do roçado, a atividade onde mais se contrata é a capina, roçado e derrubada, seguida da coivara e colheita, e por último a queima.

c.6. Indicador 27 – Situação Fundiária

Tabela 24: situação fundiária das famílias

Situação fundiária	Monitoramento			
	1°	2°	3°	4°
Família tem documento da terra	29	61	25	33
Foi emitido pelo ITERPA	11	50	22	27
Documentação da terra - roça-regularizada	36	39	25	33
Documentação da terra - Casa/Quintal- regularizada	36	36	29	37
Documentação da terra – Outras terras regularizadas	11	18	10	17

Maior número de entrevistados declarou ter o documento da terra no 2° monitoramento. Para o documento da roça e da casa/quintal, o número de entrevistados que declara estar regularizado não passa de 39%, mostrando a insegurança fundiária dos agricultores.

Tabela 25: situação fundiária e relação de gênero:

Segurança fundiária e questão de gênero.	1° Monitoramento (%)		2° Monitoramento (%)		3° Monitoramento (%)		4° Monitoramento (%)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Área do roçado	50	4	54	0	29	8	37	3
Área da casa/Quintal	36	11	32	7	25	18	33	13
Outras terras	21	0	21	4	14	4	13	7

Para a questão de gênero, novamente, observa-se que as terras, na maioria dos casos, estão regularizadas no nome do homem. Contudo, esse dado não nos parece ter grande relevância no sentido de sugerir que existe maior insegurança fundiária às mulheres agricultoras do que aos homens agricultores familiares em geral. Se, por um lado, o dado é um indicador da baixa equidade de gênero no local, por outro lado as terras frequentemente são ocupadas e estabelecidas por famílias, que trabalham, criam, plantam, geram filhos e constroem uma história em grupo, coletiva, ao longo do tempo. A segurança ou insegurança fundiária desses grupos familiares, desses homens,

mulheres e crianças, portanto, prescinde do fato de o documento estar em nome do homem ou da mulher.

Tabela 26: Tipo de documento de posse dos agricultores que lhes assegura suas terras

Tipo de documento	Roça (%)			Casa quintal (%)			Outras terras (%)		
	2° mont.	3° mont.	4° mont.	2° mont.	3° mont.	4° mont.	2° mont.	3° mont.	4° mont.
Título	29	20	13	4	20	17	4	6	13
CAR	0	2	17	0	0	13	0	2	3
Outros documentos (Recibo)	0	4	3	7	2	0	0	0	0
Documento Protocolado	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Sem resposta	71	74	67	89	76	70	96	92	84

Esta tabela nos mostra que a maioria dos entrevistados não sabe identificar o tipo de documento realmente válido, demonstrando o baixo conhecimento que os agricultores locais têm das questões relacionadas à legalização fundiária. Reflexo da situação fundiária brasileira, marcada pela concentração de terras via grilagem, os latifúndios, e pela insegurança fundiária das famílias que, em suas pequenas áreas, em muitos casos, não bastasse as dificuldades cotidianas, são pressionados pelos “grandes” a abandonar seus lotes em nome da concentração de terra.

c.7. Indicador 28 – Relação entre comunidade e empresa

Tabela 27: Compreensão, por parte dos agricultores, sobre o contrato com a empresa

Monitoramentos	Entende Tudo		Entende Pouco		Não Entende		Não Respondeu	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1°	50%	11%	36%	0%	4%	0%	11%	89%
2°	41%	4%	37%	7%	0%	11%	22%	78%
3°	31%	16%	55%	24%	0%	20%	14%	41%
4°	57%	7%	33%	30%	0%	20%	10%	43%

A maioria dos entrevistados declara que “entende tudo” ou “entende pouco”, apenas no terceiro monitoramento o número de entrevistados declarando entender pouco foi maior que os que declararam entender tudo. Novamente, para as mulheres, a grande maioria não respondeu, representando a baixa participação destas.

Tabela 28: Compreensão sobre o repasse dos produtos a família

Monitoramentos	Entende Tudo		Entende Pouco		Não Entende		Não Respondeu	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1°	46%	11%	39%	7%	0%	0%	14%	82%
2°	48%	11%	37%	15%	4%	4%	11%	70%
3°	39%	12%	49%	24%	0%	22%	12%	43%
4°	60%	20%	30%	23%	0%	20%	10%	37%

Em todos os monitoramentos, a maioria dos entrevistados garante *entender tudo* acerca do repasse de produtos (adubo, herbicida, ferramenta de trabalho), da empresa para a família parceira.

c.8. Indicador 29 – Dificuldade de comunicação entre Agropalma, Associação e Agricultores Familiares

Tabela 29: Sobre a Comunicação entre Agropalma, Associação e Agricultores Familiares, acerca do Projeto Dendê

COMUNICAÇÃO								
MONITORAMENTO	1°		2°		3°		4°	
INFORMAÇÕES	AGROPALMA*	ASSOCIAÇÃO**	AGROPALMA	ASSOCIAÇÃO	AGROPALMA	ASSOCIAÇÃO	AGROPALMA	ASSOCIAÇÃO
Cálculo do Preço do Dendê	36%	7%	33%	7%	43%	14%	33%	3%
Questões de contrato	14%	7%	7%	7%	35%	12%	7%	7%
Questões sobre o desconto no pagamento	25%	14%	22%	7%	33%	4%	30%	3%
Questões sobre o pagamento	21%	11%	30%	4%	10%	0%	10%	3%
Técnica de Cultivo do Dendê	25%	7%	30%	4%	8%	0%	3%	0%
Não Respondeu	18%	68%	19%	81%	27%	76%	50%	83%
Outra	0%	0%	4%	0%	2%	0%	7%	7%

*Agropalma: Informações repassadas pela empresa aos agricultores familiares.

**Associação: Informação repassada pela associação local aos agricultores familiares.

A tabela acima mostra que as principais dúvidas dos produtores sobre as informações repassadas pela empresa são referentes ao *cálculo do preço do dendê*, seguido de *questões sobre desconto e pagamento*. *Técnica de cultivo* também aparece como dúvida no 1º e 2º monitoramentos. Em uma análise global, as dúvidas dos agricultores acerca da comunicação destes com a empresa Agropalma, foram diminuindo no decorrer dos monitoramentos. Apenas para *questões de contrato e de desconto*, houve aumento no 3º monitoramento, diminuindo no 4º para *questões de contrato* e permanecendo o aumento para *questões sobre desconto do pagamento*.

Sobre a comunicação entre associação local e agricultores familiares, podemos observar que há uma melhor compreensão dos agricultores sobre as informações repassadas pela associação, em comparação com aquelas repassadas pela empresa.

Além disso, questões sobre o *desconto no pagamento* e *questões sobre o pagamento*, foram dúvidas mais significativas no primeiro monitoramento, e diminuíram no decorrer dos monitoramentos. No 3º monitoramento, a principal dúvida dos agricultores relacionava-se ao *cálculo do preço do dendê* e *questões de contrato*, também diminuindo no último monitoramento.

c.9. Indicador 30 Sobre os materiais repassados

Gráfico 44: Qualidade do material

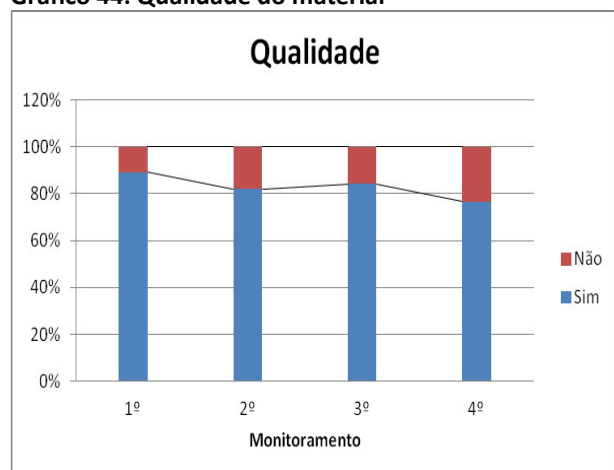


Gráfico 45: Prazo de entrega do material solicitado:

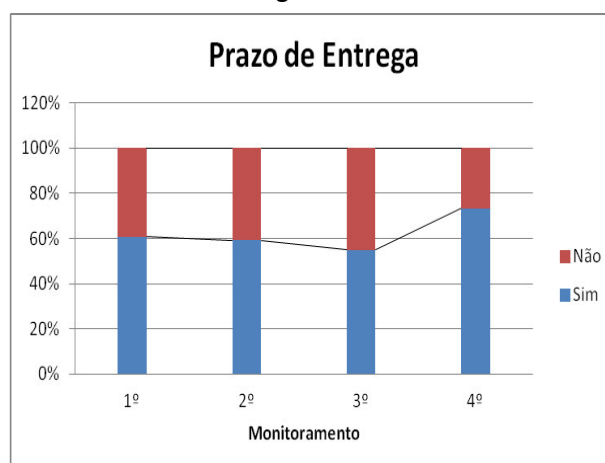
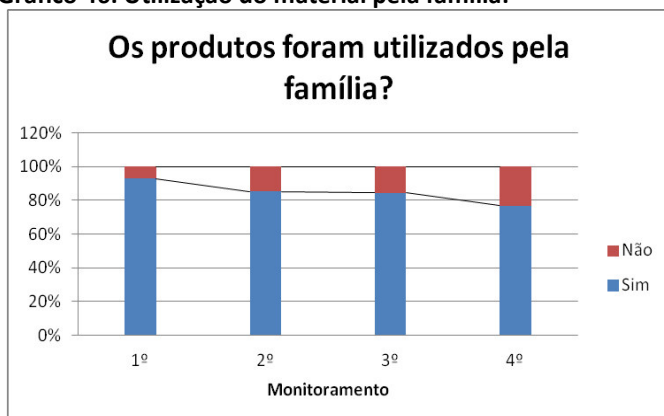


Grafico 46: Utilização do material pela família:



A maioria dos agricultores está satisfeita com a qualidade dos produtos repassados pela empresa Agroapalma e, também, pelo fato de serem entregues no prazo. Para a maioria, esses produtos são realmente utilizados pela família nas atividades previstas.

5. CONCLUSÃO

Como avaliação interna de cinco anos de parceria, o Instituto Peabiru agradece a confiança da empresa Agropalma e, principalmente, sua avaliação direta e questionadora, sua presença constante, que força a busca de justificativas plenamente baseadas na revisão bibliográfica, a partir dos resultados de campo e das reflexões da equipe do Instituto Peabiru.

O Instituto Peabiru considera que o emprego da metodologia participativa para o desenvolvimento local, por meio do projeto *Indicadores de Sustentabilidade*, produziu resultados muito positivos em prol da transformação do grupo social, tanto a nível individual (capital humano) como do grupo (capital social).

O primeiro resultado importante é abrir espaço entre os agricultores familiares para uma agenda relacionada à qualidade de vida e a tudo que se refere às questões além da produção de palma propriamente dita. Esse espaço de diálogo ocorreu desde a discussão do **Diagnóstico Participativo**. Sua socialização, em seguida, permitiu que os agricultores e a Agropalma estabelecessem acordos e novas formas de comunicação. Se o **Diagnóstico** é o produto tangível deste trabalho, a maneira como foi construído e socializado é, para o Instituto Peabiru, o principal resultado.

Em segundo lugar, a inclusão de jovens e mulheres na aplicação dos *Indicadores de Sustentabilidade*, como estratégia para mitigar sua baixa, ou mesmo nula, participação nas negociações externas à família, permitiu o monitoramento do desenvolvimento local de maneira a fortalecer esses grupos. Isso porque, ao capacitá-los e fomentar a sua transformação em *Pesquisadores Socioambientais (PSA)*, jovens e mulheres passaram a se pronunciar, a articular novas falas pessoais e em grupo, quer dizer, passaram a assumir maior protagonismo em suas comunidades, com reflexos positivos para a autoestima e para o sentido de pertencimento a um grupo.

Entre os diferentes resultados, passaram a questionar o acesso de suas comunidades aos direitos civis, a discutir sobre os serviços públicos e acerca do desenvolvimento local, dialogando com os múltiplos atores públicos e privados. Alcançaram, ainda, refletir sobre o arranjo socioeconômico que resultou no Projeto Dendê e sobre a expansão da palma no território e seus reflexos. Enfim,

revelaram-se como agentes multiplicadores de conhecimento, seja perante suas famílias, grupos sociais, escolas do entorno e outros espaços de diálogo.

A estratégia metodológica de formação continuada, que inclui, entre outras ações, as capacitações práticas e teóricas, os intercâmbios entre agricultores (*agricultor ensina agricultor*) e as visitas a centros de capacitação, utilizando o método de *aprender fazendo*, resultou em aumentar a rede de relação dos PSA, a sua capacidade de coletar dados, analisar e refletir, além da ampliação da capacidade de incorporar conhecimentos sobre novas técnicas de cultivo e permitir trocas de conhecimento entre os atores locais e regionais. A ativa participação desses jovens em espaços de diálogo envolvendo atores nacionais e globais sobre a palma e sua expansão na Amazônia, demonstrou o quanto são capazes de contribuir na representação da agricultura familiar, bem como, quão importante é ouvir o agricultor familiar a partir de sua própria fala e não apenas interpretada por intermediários, estudiosos ou especialistas.

Durante os cinco anos do *Projeto Indicadores de Sustentabilidade*, uma das críticas por parte do principal parceiro, a empresa Agropalma, relacionava-se à baixa confiabilidade em relação à metodologia empregada, na medida em que a argumentação da instituição realizadora – o Instituto Peabiru – estaria mais centrada no “como fazer” do que no resultado final, o produto, propriamente dito. O Instituto Peabiru acredita que participar do processo transforma todos os agentes – a empresa, a organização facilitadora, as comunidades, e especialmente os jovens.

Portanto, o Instituto Peabiru buscou, neste período, estabelecer um diálogo constante com o parceiro, e financiador das ações, para que compreendesse a assertividade da metodologia, argumentando que somente alcançaríamos o objetivo e os produtos pretendidos se houvesse construção coletiva, qual seja, aquela que envolvendo os principais atores locais – os agricultores e seus familiares – no processo de pesquisa, análise, reflexão e socialização dos resultados.

Quanto aos resultados do monitoramento dos *Indicadores de Sustentabilidade*, é possível observar que os principais problemas locais estão relacionados à falta de acesso aos direitos civis básicos, como infraestrutura, assistência técnica, saúde, educação, segurança e regularização fundiária. Para transformar essa realidade, a empresa Agropalma pode, junto aos moradores locais, exigir maior presença e celeridade dos órgãos públicos responsáveis, para que, efetivamente, atuem em prol da superação das múltiplas carências e do exercício pleno dos direitos das comunidades.

De qualquer maneira, acreditamos que ações demonstrativas e pontuais podem estimular uma nova visão das autoridades públicas e do público beneficiário final para uma nova compreensão do papel da comunidade diante de seus desafios para uma melhor qualidade de vida. E, mesmo que não se configure como objetivo primário da empresa, é preciso considerar que a falta de atenção a esse conjunto de questões – que afeta a vida das pessoas –, tem reflexos diretos no negócio e precisa ser levado em conta de maneira permanente. Ou seja, o Instituto Peabiru recomenda que os protocolos da empresa considerem o presente aprendizado, não como um projeto a ser apoiado por determinado período, mas como um conjunto de lições para a sustentabilidade do negócio.

Particularmente, para os indicadores que podem e foram influenciados pela empresa, o Instituto Peabiru recomenda que continue a atentar para seu impacto e, sempre que possível, aprimore este instrumento, por exemplo, intensificando palestras e capacitações sobre uso e armazenamento adequados do adubo e herbicidas, uso adequado do EPI, bem como a estratégia de entregar os próximos lotes de adubo ou herbicida, mediante a devolução das embalagens da entrega anterior e, mesmo de tempos em tempos, refletindo com os agricultores sobre os indicadores. No monitoramento podemos observar que essas estratégias conjuntas garantiram bons resultados.

Sobre a educação, pode-se perceber que nas comunidades envolvidas⁷ há muitos jovens e, ao mesmo tempo, limitadas alternativas para a continuidade nos estudos e o aprimoramento por meio de capacitação. A empresa poderia, por exemplo, estimular a parceria com instituições de educação, como o Instituto Federal do Pará (IFPA), que oferece programas de educação a distância, ou adotar sistemas de pedagogia da alternância, onde o estudante passa parte do tempo na escola e parte em casa. Desta forma o jovem continua a contribuir com sua mão de obra para a gestão do trabalho familiar e, a partir de sua qualificação, poderá influenciar positivamente e de forma qualificada a produção familiar.

Quanto às atividades do dendê, na perspectiva dos agricultores familiares, o Projeto garante segurança financeira na fase que se encontra. Observe-se que, durante a implantação, (0 a 3 anos) significa tempos de trabalho árduo, com alta exigência de mão de obra e com baixa disponibilidade para investimento na agricultura de subsistência. Nesse período mais crítico do negócio, o contrato estabelecido pelos produtores, empresa e governos federal e estadual, garantia dois salários

⁷ Soledade, Curupeté, Aruaí, Apei, São José e São Vicente.

mínimos a cada dois meses. Esse é o período em que todas as instituições envolvidas devem estar extremamente atentas as realidades específicas de cada território e população.

Na fase atual, a manutenção do Projeto Dendê permite que o agricultor opte por plantar ou não culturas de roçado, uma vez que a exigência de mão de obra diminui e a segurança financeira é maior. No entanto, percebe-se que a maioria dos agricultores, de acordo com o monitoramento, opta por não desenvolver atividades de roçado. Quando se identifica os gastos da família observa-se que o gasto com alimentação é maior, reflexo da produção insuficiente de alimento pelo grupo. Portanto, as motivações para a escolha de não produzir culturas alimentares, devem ser mais profundamente analisadas.

Por outro lado, a segurança financeira da família é significativamente melhor, relacionada a produção de dendê, em comparação ao roçado. Os agricultores têm possibilidade de investimento na qualidade de vida e em garantir o conforto da família com melhoria ou aquisição de imóvel, eletrodomésticos, móveis, transporte ou aplicação na educação, saúde etc.

Percebe-se, desta feita, que a atividade produtiva do dendê talvez permita aos agricultores a liberdade de escolha, no sentido de produzir ou não agricultura de subsistência. A grande maioria possui outras áreas, que poderiam ser destinadas para o roçado, no entanto a parcela menor de agricultores mantém as duas atividades – dendê e culturas alimentares. Todavia, devemos ressaltar que há grande soma de força de trabalho envolvida na atividade de dendê, especialmente nos primeiros anos, o que pode sugerir a priorização da força de trabalho nessa atividade em detrimento das demais. Ficando o roçado reduzido ou paralisado por alguns anos, por não haver quem deles possa cuidar dentro da família.

É mais comum o plantio de espécies frutíferas nos quintais, na maioria dos casos com objetivo alimentar, este tipo de atividade pode ser incentivado de forma a potencializar o uso desses espaços menores e de mais fácil gerenciamento, por estar perto da casa, podendo ser estruturado para garantir a gestão por parte dos jovens e mulheres. Nesse sentido os PSA, Instituto Peabiru, em parceria com IBAMA Prevfogo, no ano IV do projeto, fizeram a instalação de duas Unidades Demonstrativas de Sistema Produtivo Integrado de piscicultura e horticultura, no quintal de duas famílias. Em um ano de experiência as famílias que gerenciam essas unidades conseguiram garantir sua manutenção, o consumo e comercialização dos produtos, além disso, outras famílias copiaram a

técnica e reproduziram em suas áreas. A experiência mostra que a utilização dos quintais pode ser uma alternativa viável para produção de culturas alimentares.

Uma questão recorrente e marcante é a baixa equidade de gênero, tanto no trabalho, como na educação, crédito etc. Apesar da participação da mulher na gestão do trabalho e no dinheiro na família ter aumentado, o que é positivo, na grande maioria das vezes, a gestão do recurso não passa diretamente pela mulher, ao menos tendo em conta a profundidade da investigação permitida pela metodologia, que não consta de trabalho etnográfico, o que poderia nos dar maior detalhes sobre a questão de gênero no âmbito das famílias. Por parte da empresa, essa é uma questão que poderia ser influenciada através do incentivo à participação e capacitação das mulheres para as demandas de trabalho no local.

Por fim, o Instituto Peabiru avalia que se trata de um projeto de grande pertinência, porque demonstra a possibilidade de unir universos distintos – da empresa, da agricultura familiar e de organização da sociedade civil – em prol de uma causa comum, e a partir de uma iniciativa de longo prazo. O Instituto Peabiru acredita que a Agropalma investiu em algo inédito a nível brasileiro, latino-americano e mesmo mundial, o que lhe permite, com base científica, expor suas conclusões para o debate nos espaços de diálogo existentes sobre a palma. A questão da agricultura familiar e da palma, especialmente no cenário que envolve o biocombustível é, frequentemente, polarizada e sem embasamento técnico-científico. Acreditamos que o conjunto de resultados ora apresentados, acrescido aos demais aprendizados sobre a Agenda 21 e outros projetos que a Agropalma, Instituto Peabiru e atores locais conduziram, oferece uma perspectiva inovadora e científica para o negócio das empresas e para a melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores que estabelecem contratos para cultivo de dendê nessa região.

Relatório Fotográfico



Reunião com agricultores familiares produtores de dendê, 2010.



Aplicando a ferramenta diagrama de venn, 2010.



Reunião com mulheres agricultoras, 2010.



Construção do Diagnostico Rural Participativo, 2010.



Dinâmica de grupo, 2010.



Participação ativa e construtiva, 2010.



Socialização dos acordos, 2010.



Devolutória e validação do Diagnóstico Rural Participativo, 2011.



Validação e priorização dos Indicadores, 2011.



Validação e priorização dos Indicadores, 2011.



Capacitação dos Pesquisadores Socioambientais (PSA), 2011.



Construção de conhecimento coletivo, PSA, 2011.



Socialização dos resultados dos indicadores teste, 2011.



Ação ambiental, promovida pelos PSA, na comunidade Arauaí, 2012.



Ação ambiental, promovida pelos PSA, na comunidade Soledade, 2012.



Visita técnica, troca de experiência na Propriedade Agroecológica da Dna. Elineusa Vila Israel, 2012.



Visita técnica, troca de experiência na Propriedade Agroecológica da Dna. Elineusa Vila Israel, 2012.



Dia de Ação ambiental no Arauaí: "Educação Ambiental Convivendo com o Lixo", 2012.



Dia de Ação ambiental no Arauaí: “Educação Ambiental Convivendo com o Lixo”, 2012.



Reunião de avaliação sobre o primeiro ano de formação dos PSA, 2013.



Formatura dos PSA, 2013.



Troca de Saberes entre o grupo de Pesquisadores Socioambientais do Programa Dendê com o grupo de jovens Agentes Ambientais do Programa Casa da Virada, 2013.



Intercâmbio com a equipe PrevFogo - IBAMA nas Comunidades Israel e Água Preta, 2013.



I Reunião para Planejamento da Ação Ambiental e entrega das caixas de lixo

doméstico, 2013.



Apresentação e debate, junto aos profissionais da empresa Agropalma, sobre o resultado do monitoramento dos indicadores de sustentabilidade ano III, 2013.



Regularização Fundiária - Conceitos, Atividade - Qual a Melhor Solução para Regular sua Terra? (Trilhas da Regularização Fundiária), 2013.



Vista dos PSA a estação experimental de piscicultura da Universidade Federal Rural da Amazônia, polo Castanhal/PA, 2013.



Visita dos PSA ao Instituto Federal do Pará, campus Castanhal, 2013.



Entrega dos certificados de formação aos
PSA, 2013.



Conhecendo a experiência do Banco
Comunitário Tupinambá, Mosqueiro
Belém/PA. 2013.